

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO: O FINANCIAMENTO  
NACIONAL DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL E NOVAS  
PERSPECTIVAS

DANIELA KOJIIO NOBRE

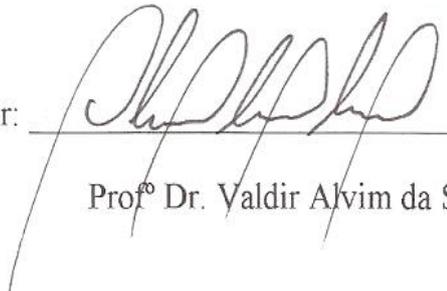
FLORIANÓPOLIS 2015

DANIELA KOJIIO NOBRE

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO: O FINANCIAMENTO  
NACIONAL DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL E NOVAS  
PERSPECTIVAS

Monografia apresentada ao Departamento de  
Economia e Relações Internacionais Curso de  
Graduação em Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Santa Catarina como  
requisito obrigatório para a obtenção do Título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador:



Prof.º Dr. Valdir Alvim da Silva

FLORIANÓPOLIS 2015

DANIELA KOJIIO NOBRE

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO: O FINANCIAMENTO  
NACIONAL DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL E NOVAS  
PERSPECTIVAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **8,5** à aluna **DANIELA KOJIIO NOBRE** na disciplina CNM 7280 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva

Orientador – CNM/CSE/UFSC

---

Prof. Dr. Lairton Marcelo Comerlato

Membro 1 - CNM/CSE/UFSC

---

Prof. Drdo Rodolfo Palazzo Dias

Membro 2 - PPGSP/CFH/UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2015

**À minha mãe com carinho**

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente gostaria de agradecer a todos que me apoiaram e que me deram forças ao longo de toda minha vida, sejam estas pessoas familiares, professores ou colegas. Em especial, gostaria de agradecer a minha mãe, Nair Tomie Kojio, um exemplo de mãe colocando os filhos em primeiro plano e que sempre estará do meu lado em todos os momentos da minha vida, sejam estes de felicidade ou de tristeza.

Ademais, gostaria de agradecer ao e meu irmão Miguel, que me inspira e me confia sucesso na minha vida profissional, meu irmão Rafael, pelo companheirismo e leveza no meu dia a dia, e o meu pai Francisco, que foi o meu primeiro exemplo de intelectualidade.

Gostaria também de agradecer ao meu namorado e companheiro Tiago, que admiro e amo. Ao meu orientador Valdir Alvim, que sempre teve paciência comigo e me auxiliou nessa conquista acadêmica. Por fim, realizar um agradecimento especial aos meus amigos que levo até hoje, sejam feitos na época do Menino Jesus, Colégio Catarinense, Belvedere e Art Studio. Todos têm um valor inestimável, e me ajudaram também a construir parte do que sou hoje, obrigada por todos os momentos de descontração, reflexão e amizade juntos.

Nós não nascemos prontos. Tanto que eu sou novo, mas não sou inédito. Para ser inédito eu teria que ser como nunca fui. Muito do que eu sou, eu trouxe da minha história. Mas o modo que eu sou agora eu nunca fui antes. **Eu não sou completo, mas quero sê-lo.**

Mário Sergio Cortella

## RESUMO

NOBRE, Daniela Kojio. **Bancos de Desenvolvimento e integração:** o financiamento nacional de projetos de infraestrutura na América do Sul e novas perspectivas. Florianópolis, 2015. 61f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Esta investigação objetivou analisar o financiamento realizado pelo BNDES através do PAC e EXIM em projetos de infraestrutura na América do Sul durante o governo Lula e Dilma e sua adequação aos fundamentos de Política Externa brasileira. O estudo inicia com a definição de Integração Regional como princípio da Política Externa brasileira, os contornos históricos que levaram a criação do fórum chamado de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e posteriormente a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Foi realizada uma análise qualitativa na pesquisa através da coleta de dados em fontes documentais primárias. É feita uma revisão histórica dos Bancos Públicos de Desenvolvimento para verificar o ineditismo que é a formação de novas alternativas para o financiamento da infraestrutura na América do Sul. O Banco do Sul e o Novo Banco de Desenvolvimento se apresentam como possíveis alternativas de financiamento no longo prazo para a infraestrutura da América do Sul. O Brasil está diante de um grande desafio para avançar no processo de integração regional que é canalizar os financiamentos feitos pelo BNDES para outras instituições financeiras voltadas para o desenvolvimento, pois estes possuem caráter de instituição jurídica internacional e possivelmente terão uma gestão democrática. Essa mudança de financiamento é valiosa pois é questionável a legitimidade e compromisso com as causas sociais e ambientais pelas quais os planos do Governo e o BNDES se aproximam de tais projetos de integração. A internacionalização de empresas brasileiras com o uso de capital brasileiro e os próprios investimentos no IIRSA não são acompanhados por uma fiscalização clara e acessível de seus resultados. Para obter detalhes sobre essas operações de crédito é muito difícil o acesso à informação. É possível que, sendo os financiamentos feitos por instituições de cunho internacional e com uma gestão democrática, fiquem mais claro para a sociedade civil os resultados desses grandes aportes financeiros. Isso permitiu concluir que o BNDES, durante o governo Lula esteve envolvido com a integração da infraestrutura da América do Sul. Mas durante o governo Dilma nota-se uma mudança com ênfase dada à exportação de serviços via BNDES está sendo transferida para outras instituições financeiras internacionais.

Palavras-chave: Bancos de Desenvolvimento; Integração; IIRSA; BNDES;

## ABSTRACT

NOBRE, Daniela Kojjio. **Banks of Development and integration:** the national financing of projects of infrastructure in America of the South and new perspectives. Florianópolis, 2015. 61f. Monograph (Undergraduate) - Federal University of Santa Catarina, Socio-Economic Center.

This investigation aimed at to analyze the financing accomplished by BNDES through PAC and EXIM in infrastructure projects in South America during the government Lula and Dilma and your adaptation to the foundations of Brazilian foreign policy. The study starts with the definition of regional integration as a principle of the Brazilian Foreign Policy, historical contours that led to the creation of Forum of Integration of the South American Regional Infrastructure (IIRSA) and later The Union of South American Nations (UNASUL). Through research which data collection started from primary source documents, it was made a qualitative analysis. It was made a historical review of the Public Development Banks to check the uniqueness that is the formation of new alternatives for financing infrastructure in South America. The Bank of the South and New Development Bank are presented as possible long-financing alternatives deadline for infrastructure in South America. Brazil is facing a major challenge to advance the process of regional integration is to channel funding made by BNDES to other financial institutions dedicated to the development, as they have character of international legal institution and possibly it will have a democratic management. This shift in funding is valuable because legitimacy is questionable and commitment to social and environmental causes why the government's plans and the BNDES approach of such integration projects. The internationalization of Brazilian companies using Brazilian capital and own investments in IIRSA are not accompanied by a clear and accessible supervision of their results. For details on these credit operations it is very difficult to access the information. It is possible that funding being made by international institutions and imprint with a democratic, are more clear to civil society the results of these large financial contributions. It concluded that the BNDES, at first it was involved with the integration of infrastructure in South America all Lula's government. But during the Dilma's government it is noticed a difference with the emphasis on service exports through BNDES is being transferred to other international financial institutions.

Keywords: Development's Bank; Integration; IIRSA; BNDES.

## LISTA DE ABREVIACÕES

AID – ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ALADI - ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE INTEGRAÇÃO  
ALALC - ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE LIVRE COMERCIO  
ALIDE – ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE INSITUIÇÕES FINANCEIRAS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
API - AGENDA DE PROJETOS PRIORITARIOS DE INTEGRAÇÃO  
BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)  
BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
BNDESPAR - BNDES PARTICIPAÇÕES S.A  
BPD – BANCO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO  
BRIC - BRAZIL, RUSSIA, INDIA, CHINA.  
BRICS - BRAZIL, RUSSIA, INDIA, CHINA. SOUTH AFRICA  
CAF – CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO  
CAMEX – CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR  
CASA - COMUNIDADE SUL AMERICANA DE NAÇÕES  
COFIG – COMITÊ DE FINANCIAMENTOS E GARANTIA DAS EXPORTAÇÕES  
COSIPLAN - CONSELHO SUL AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO  
EID - EIXO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA  
FGE – FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO  
FHC - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL  
FONPLATA – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO PARA A BACIA DO PRATA  
GBM – GRUPO BANCO MUNDIAL  
GTE - GRUPO TÉCNICO EXECUTIVO  
ICSID - CENTRO INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM DE DISPUTAS SOBRE INVESTIMENTOS  
IIRSA - INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL AMERICANA  
MERCOSUL - MERCADO COMUM DO SUL  
MIGA – AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS  
OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO  
PAC - PROGRAMA DE CRESCIMENTO ACELERADO  
PAE - PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA  
PEB – POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA  
PPA – PLANOS PLURIANUAIS  
PROEX – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES  
SBCE – SEGURADORA BRASILEIRA DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO  
SFI – SOCIEDADE FINANCEIRA INTERANCIONAL  
UNASUL - UNIÃO DAS NAÇÕES SUL AMERICANAS

## LISTA DE ANEXO

ANEXO I - Bancos públicos de desenvolvimento e bancos públicos comerciais com nível significativo de atividades ou programas com objetivos de desenvolvimento na América Latina e Caribe. ....	60
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Crescimento do PPA durante o período de 2012 a 2015 .....	38
Gráfico 2. Participação das áreas do PPA entre o período de 2012 a 2015.....	38
Gráfico 3. Investimento na Infraestrutura por áreas do PPA de 2012 a 2015 .....	39
Gráfico 4. BNDES: Desembolsos para Obras de Infraestrutura na América do Sul e África (2011-2014).....	41
Gráfico 5. BNDES: Desembolsos por destino das exportações financiadas (2011-2014).....	42

## SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE ABREVIACÕES .....	9
LISTA DE ANEXO .....	10
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
<b>CAPITULO I. A ATUAÇÃO DO BNDES NO FINANCIAMENTO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL .....</b>	<b>12</b>
1.1. Tema e problema da investigação .....	14
1.2. Objetivos.....	16
1.2.1. Geral.....	16
1.2.2. Objetivos específicos.....	16
1.3. Metodologia da pesquisa .....	17
<b>CAPITULO II. A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL: DO PRINCÍPIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO IIRSA .....</b>	<b>19</b>
2.1. Princípio constitucional da busca pela integração dos povos da américa latina .....	19
2.2. Do IIRSA à UNASUL: integração física frente à integração política .....	22
2.3. BNDES: de instituição nacional à instrumento de política externa .....	31
<b>CAPITULO III. A EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS E FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA AMÉRICA DO SUL.....</b>	<b>34</b>
3.1. BNDES e PROEX: operações de financiamento no conceito de exportações de serviços .....	34
3.2. BNDES-EXIM: instrumento de incentivo à exportação pós-embarque e seus receptores .....	35
3.3. Projetos da API e PAC: comparação entre o governo Lula e o Governo Dilma .....	37
3.4. Desembolsos do BNDES: governos Lula e Dilma .....	40
<b>CAPITULO IV. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E NOVAS ALTERNATIVAS.....</b>	<b>43</b>
4.1. Mudanças no âmbito dos bancos internacionais de desenvolvimento.....	43
4.2. Uma breve história sobre os bancos de desenvolvimento no mundo e na América do Sul .....	44
4.3. Sobre o Banco do Sul .....	48
4.4. Sobre o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS .....	50
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>60</b>

# CAPITULO I. A ATUAÇÃO DO BNDES NO FINANCIAMENTO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL

## 1. INTRODUÇÃO

A atuação do Banco de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ocorre a partir de eixos estratégicos tendo o de maior repercussão o apoio à internacionalização das empresas brasileiras na América do Sul, que teve como destino importante no recebimento desses investimentos, e o outro, o financiamento de obras de infraestrutura na região.

A evolução da integração da América do Sul se coloca dentro da política nacional de exportação de serviços, e vem sendo utilizada desde o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) para servir de instrumento de redução da vulnerabilidade externa por meio da diversificação geográfica das transações internacionais. Ainda no governo FHC o financiamento no setor internacional era voltado para operações de renda variável, cujo incentivo ocorria de forma indireta, participando como agente financeiro em diversos empreendimentos.<sup>1</sup>

Não há um consenso acerca do impacto dos financiamentos nacionais em infraestrutura para o aprofundamento da integração regional.<sup>2</sup>

Por um lado, não há posicionamento claro sobre a validade dos projetos do fórum denominado Integração da Infraestrutura Sul-americana (IIRSA) como instrumento

---

<sup>1</sup> É interessante esclarecer que quando a referência for ao governo FHC está se referindo apenas ao segundo período de 1995 a 2003. O governo Lula corresponde ao período I e II, de 2003 a 2011. O governo Dilma refere-se ao período de 2011 até o primeiro semestre de 2015.

<sup>2</sup> Cabe esclarecer que não foi fácil o acesso às bases de dados sobre todas as obras financiadas pelo BNDES na América do Sul, sendo utilizado por parte da instituição o argumento de respeito à privacidade financeira das empresas. Inclusive, recentemente vem sendo questionado na Câmara Federal este tipo de sigilo bancário. Bragon(2015) relata que “nos últimos anos a oposição vem tentando criar uma CPI no Congresso com o objetivo exclusivo de jogar luz sobre as operações de financiamento do BNDES. O foco são empresários ao grupo JBS-Friboi, que nos últimos anos tempos desbancou empreiteiras e bancos e se tornou o maior financiador das campanhas políticas, principalmente as governistas. Outro dos focos são operações no estrangeiro, como o financiamento da construção do porto Mariel, em Cuba, e o repasse revelado pela Folha da ordem de USD 5,2 bilhões para a exportação de bens e serviços para a Angola. O BNDES sempre negou acesso a essas informações dizendo que a lei não permite que ela quebre o sigilo bancário de seus clientes e que suas operações já são fiscalizados pelo Banco Central.” (BRAGON, 2015)

aprofundador do processo integracionista. Para autores como Luce (2007) o IIRSA é visto como ferramenta brasileira para ampliar o mercado de suas empresas de construção onde a iniciativa se apresentaria como um instrumento do imperialismo brasileiro. Já Ceceña (2009) acusa os projetos de gerarem fortes impactos ambientais, além de baixo retorno financeiro sobre as exportações de recursos naturais do continente, compradas por grandes empresas multinacionais. Contudo, tais interpretações não tiram a legitimidade da IIRSA como um dos instrumentos de promoção da integração regional e por ter sido elaborada e aprovada pelos doze países do continente, os quais continuaram mostrando seus compromissos com a iniciativa nos anos posteriores a sua criação.

Desde a sua posse, no dia 1º de janeiro de 2003, o presidente Luis Inácio Lula da Silva (LULA) já dava indícios desse direcionamento:

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. (...) O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é, sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. (...) Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. (LULA, 2003, apud. MRE, 2008)

Alguns autores mais críticos como Fontes (2010) consideram esse posicionamento como “subimperialista”, muito semelhante à atuação de potências colonizadoras. Outros como Garcia (2012) vão glorificar esse protagonismo brasileiro frente ao caráter hegemônico dos Estados Unidos da América (EUA).

O BNDES se tornou um ator relevante da política externa brasileira, uma vez que se colocou como um dos principais financiadores da integração da infraestrutura na América do Sul conduzida por conglomerados de empresas brasileiras de engenharia e construção, como a Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Tais empresas foram tomadas como um consenso para receber tal apoio governamental dentro e fora do Brasil por serem considerados “motores” do desenvolvimento econômico (GARCIA, 2012, p. 16). E assim, o BNDES foi um dos viabilizadores da integração física financiando a longo prazo obras de infraestrutura como pontes, aeroportos, estradas, ferrovias e portos, principalmente após a criação dos fóruns IIRSA e a UNASUL.

Foi a partir de 2003 com o governo Lula que a política de financiamento do BNDES se voltou especialmente para a internacionalização de empresas brasileiras. De uma forma ou de outra, é com o início do governo Lula que ocorre uma grande inflexão na atuação do

BNDES, pois pela primeira vez uma instituição financeira nacional iria aportar investimentos massivos para a internacionalização de empresas através de operações com instrumentos tipo Drawback, PROEX e EXIM (IPEA, 2010). O *Drawback* é regime aduaneiro que permite a importação de certas matérias-primas ou produtos com isenção ou suspensão de tributos com a prerrogativa de que contribuam para a exportação de produtos brasileiros. O Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) do Banco do Brasil, destina-se a propiciar recursos aos exportadores para a produção (fase pré-embarque) e a comercialização (fase pós-embarque) de seus produtos destinados ao exterior e o EXIM BNDES é um instrumento de incentivo à exportação pós-embarque.<sup>3</sup>

### **1.1. Tema e problema da investigação**

É notado o fenômeno que se contrapõe ao direcionamento do governo anterior de Lula que, entre 2003 e 2011, redirecionou o BNDES utilizando os princípios da Política Externa Brasileira (PEB) para a integração da América do Sul.

Em julho de 2014, a presidente Dilma Rousseff assinava um Memorando de Cooperação que possibilitaria que empresas chinesas financiassem ferrovias brasileiras. Em seguida, no dia 12 de novembro de 2014, um acordo trilateral foi assinado pelo Ministério de Transportes e Comunicações do Peru, o Ministério de Transportes do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e de Reforma da China. Este Acordo objetiva a construção de uma ferrovia transcontinental que começaria no Rio de Janeiro, atravessa a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes chegando à costa peruana (EXAME, 2015).

Este “ambicioso plano” (LISSARDY, 2015) avaliado em cerca de USD 10 bilhões ligaria os oceanos Atlântico e Pacífico e diminuiria a dependência dos países envolvidos quanto à utilização do Canal do Panamá. Isso ocorre porque a China é um país que precisa de matéria-prima para manter seu crescimento econômico e o Peru e o Brasil possuem interesses em aumentar a dinamicidade no transporte de tais mercadorias com uma saída estratégica para o Oceano Pacífico. Este acordo se constitui na ampliação da presença extrarregional de financiamentos externos de longo prazo para os projetos de infraestrutura na América do Sul.

---

<sup>3</sup> Mais informações consultar: [http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/aprendex/default/index/conteudo/id/194](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/194)

A integração com os países regionais estava dentro de uma concepção de projeto maior: a política Sul-Sul; responsável pelas políticas de cooperação com países da América do Sul, África, Oriente Médio, a China, a Índia e a Rússia.

Foi nítido a contrabalança de financiamentos da entre América do Sul e África. Esse redirecionamento do BNDES ocorre no governo Dilma num contexto em que, internamente, o país passava por um reforma ministerial e um ajuste na balança fiscal.

Em termos de política externa a diplomacia presidencial, característica do presidente Lula anteriormente, não tinha a mesma força. Sendo assim o BNDES sofreu alterações significativas no seu papel de apoiador do comércio exterior e com tratamento diferenciado ao MERCOSUL, e demais países latinoamericanos (BNDES 2003).

Além disso, essa mudança de direcionamento de financiamento é acompanhada da proposta de criação de bancos alternativos que estão se colocando como prováveis e possíveis financiadores da infraestrutura da América do Sul, como por exemplo os projetos do Banco do Sul e do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Estes mecanismos de cooperação financeira podem fomentar financiamentos de médio e longo prazo. É vislumbrado inclusive que estas novas instituições pudessem atuar em conjunto com o BNDES (CIA, 2012).

O Banco do Sul, que tem seu projeto mais avançando, prevê uma arquitetura financeira nova em que os Bancos Centrais não precisassem recorrer aos Títulos do Tesouro americano, mas comprar Títulos dos países fronteiriços e seus respectivos Bancos de Desenvolvimento, fazendo com que o dinheiro permanecesse na região. Conforme Carvalho “a busca de unidade regional ganhou dinâmica própria e vem se sobrepondo às diferenças acentuadas entre os governos em temas cruciais, como as relações com o sistema financeiro internacional” (CARVALHO, 2009, p. 114).

Desta forma, a problemática desta pesquisa buscou investigar porque esse Acordo trilateral foi visto como o resultado claro do afastamento do BNDES no primeiro mandato do governo Dilma acerca dos financiamentos de longo prazo que havia realizado aos projetos e infraestrutura na América do Sul no governo Lula.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Geral**

Analisar as mudanças no direcionamento dos desembolsos do BNDES referente ao financiamento da infraestrutura da América do Sul durante os governos do presidente Lula e Dilma, e perceber como a criação do Banco do Sul e o do Novo Banco de Desenvolvimento fazem parte dessa conjuntura de mudança no período de 2003 a 2015.

### **1.2.2. Objetivos específicos**

1. Identificar o princípio de que a América do Sul se tornou prioridade na Política Externa Brasileira com a criação do IIRSA, dada necessidade de integração física da América do Sul e tendo o BNDES financiado projetos atuando como o principal banco no financiamento dos projetos do IIRSA;
2. Analisar as semelhanças e diferenças nos financiamentos do BNDES entre o período dos governos Lula e Dilma com atuação no PAC e nos desembolsos EXIM-BNDES sob a óptica de financiamentos de infraestrutura na América do Sul;
3. Analisar a conjuntura no contexto da criação dos Bancos do Sul e do Novo Banco de Desenvolvimento, observando a trajetória histórica dos Bancos de Desenvolvimento e as perspectivas na América do Sul.

### 1.3. Metodologia da pesquisa

A presente pesquisa buscou analisar o financiamento de projetos de infraestrutura da América do Sul pelo PAC e via EXIM feito BNDES durante o período Lula e Dilma e sua adequação aos fundamentos de política externa brasileira. Para tanto, a análise buscou referências em artigos acadêmicos e dados fornecidos pelo site “transparência BNDES” e Ministério do Planejamento. Demonstra-se a partir deles, a composição dos valores envolvidos nestes financiamentos, e a adequação dos investimentos na política externa brasileira, a origem histórica deste projeto integrador e o alcance e proporções dos volumes de tais investimentos na América do Sul.

Para a realização do primeiro objetivo específico, trata-se-á no Capítulo II dos elementos fundamentais que levaram à ocorrência da definição da política externa no Brasil tendo como referências as obras de CARDOSO (2015), FICO (2008), MRE (2015), PRAZERES (2006) e SOARES (2014). Analisa-se a integração de uma região; a casualidade histórica e econômica, que permeiam os países sul-americanos; e a construção de uma identidade genuína entre os países da UNASUL. Dentro disto define-se pelo IIRSA como um aparato detalhado de oito projetos prioritários de infraestrutura e descreve-se o estabelecimento de critérios em termos: dos projetos individuais; valores de investimento; área atingida; e forma de integração física. Ao final deste capítulo deve ficar claro como a infraestrutura da América do Sul se insere como prioridade na Política Externa Brasileira e como BNDES servirá de instrumento para executar esse fim.

Isto permitirá a evolução para o segundo objetivo específico desenvolvido no Capítulo III, que apresenta uma análise sobre os desembolsos feitos pelo BNDES e pelo PAC para a infraestrutura da América do Sul durante o governo Lula e Dilma. Além dos conteúdos qualitativos obtidos através de pesquisas de CAMPIELO & PESAVENTO (2013), GARCIA (2012) e VERDUM (2012). Tendo que o BNDES é o principal financiador dos projetos de infraestrutura da América do Sul, o estudo se apoiou nas séries estatísticas dos desembolsos do BNDES que exibem informações detalhadas sobre as modalidades, porte, produto e agentes financeiros das operações de crédito para setores e subsetores do âmbito econômico. A tabulação de tais dados com as informações quantitativas permitira a observação do peso efetivo e das proporções dessas operações na integração regional. A análise dos resultados será apresentada através de gráficos e tabelas em que foram utilizadas fontes oficiais como

BNDES (2015), IPEA (2010) e ARANTES (2015), que permite compreender a trajetória das estratégias da política externa entre os dois governos.

O Capítulo IV iniciará descrevendo o terceiro objetivo específico, baseado em autores como Bouza (2011) e o Banco Mundial (BIRD, 2015) em que analisa-se a trajetória dos bancos de desenvolvimento mundiais e as perspectivas destes bancos da América do Sul. Para o novo cenário internacional utiliza-se as concepções de BACHELET (2013) e OLLOQUI et al. (2013). E por fim analisa-se a origem e a forma de criação do novo Banco de Desenvolvimento (NBD) criado pelos Brics e a proposta do Banco do sul, destacando as fontes de financiamento; tipos de projetos que se propõe apoiar; países que integram e em que cenário político esses bancos vêm se constituindo. Por se tratar de uma literatura incipiente no contexto conjuntural, foi difícil encontrar variedade de pesquisas, concentrando-se nas poucas encontradas como PÉREZ (2015), GANDRA (2007), ARAUJO et al. (2011) e CARVALHO et al. (2009).

Por fim as conclusões indicam que essas mudanças de financiamento é vista como positiva, pois é questionável a legitimidade e compromisso com as causas sociais e ambientais pelas quais os planos do governo e o BNDES se aproximam e executam nos projetos de integração.

## **CAPITULO II. A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL: DO PRINCÍPIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO IRRSA**

Tudo inicia com uma imagem mental.

(Teoria cognitiva de Jean Piaget)

### **2.1. Princípio Constitucional da busca pela integração dos povos da América Latina**

Assim se consideramos como a Teoria Cognitiva de Jean Piaget a imagem mental precede de uma realidade ainda ausente, o financiamento nacional de projetos de infraestrutura na América do Sul teria o seu início num dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Mobiliza tantas instâncias do poder nacional que, para ser minimamente justificado precisou ser um eixo prioritário da Política Externa Brasileira (PEB). E de fato, para tanto a Constituição Federal de 1988 o define no parágrafo único e seu 4º artigo, que por princípio “buscará a integração econômica; política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latinoamericana de nações” tendo no Caput suas definições:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – Independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV- não intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX- cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político”. (BRASIL 1988)

Contudo a aplicabilidade desta norma imperativa depende de esforços que vão além da vontade do presidente vigente do país.

A condução da política externa é usualmente associada como competência do Poder Executivo, na figura do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Entretanto, apesar de haver legislação infraconstitucional e indícios constitucionais, a constituição não determina

claramente a quem ou a que o órgão compete tal função.<sup>4</sup> Cardoso (2015) em seu trabalho sobre “Demandas do Legislativo pela condução da política externa brasileira: constituição de um novo veto player?” esclarece a forma em que ocorre a distribuição de competências.

Além do papel do poder Executivo, outros órgãos se responsabilizam pela política externa brasileira. O Congresso Nacional se encarrega de analisar tratados, acordos ou atos institucionais, referendar a celebração de tratados, autorizar o Presidente a declarar paz ou guerra e pode exigir comissões especializadas ao MRE com a finalidade de fiscalizar as decisões que ocorrem no plano internacional. O Senado aprova, através de sabatinas, os embaixadores brasileiros. O Supremo Tribunal Federal tem como função processar e julgar qualquer litígio entre o Estado Brasileiro e qualquer organismo internacional ou Estado Estrangeiro, julgar decisões que declarem inconstitucionalidade de tratados internacionais, decisões que contrariam tratados internacionais e causas fundadas em tratados internacionais. Em caso seja infringido os Direitos Humanos, o Procurador Geral da República pode solicitar ao Superior Tribunal da Justiça que tais casos sejam julgados pela Justiça Federal.

Apesar de não discorrer sobre a participação da sociedade civil brasileira, são promovidas formas de participação indireta: “reuniões com empresários antes de rodadas comerciais ou com organizações não governamentais antes de conferências de Direitos Humanos. (...) Mas a participação nesses casos, nem sempre se dá de forma pública.” (CARDOSO, 2015).

Como acima descritos, a dinâmica da política interna é importante para se compreender como se forma a política externa brasileira. América do Sul, sendo um eixo prioritário na estratégia de política externa, corresponde à política Sul-Sul, formulada MRE, como:

voltada para o desenvolvimento socioeconômico e a preservação da paz na região; o desenvolvimento do mercado interno sul-americano e o aumento da competitividade dos países no mercado internacional; e o fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais. (MRE, 2015)

---

<sup>4</sup> “Em legislação infraconstitucional, como no decreto que regulamenta a atividade do MRE, fica claro que o Presidente da República exerce o papel de **formulação** da política exterior e que compete ao MRE auxiliá-lo. Índícios constitucionais do papel preponderante do Executivo na condução da política externa são: compete à União, na figura do presidente, manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais (art. 21, I e art. 84, VII); compete privativamente ao presidente a celebração de tratados e acordos internacionais (art. 84, VIII); compete à União, na figura do presidente, declarar a guerra e celebrar a paz (art. 21, II e art. 84, XIX e XX)” (CARDOSO, 2015)

Contudo a aplicabilidade desta norma imperativa depende de esforços que vão além dos três poderes nacionais. Ela implica que os países participantes resignarão uma parcela de sua soberania<sup>5</sup>. Para que isso ocorra, é necessário conciliar acordos preferenciais, aproximação territorial dos países, interdependência econômica, formalização institucional, infraestrutura, política estratégica de desenvolvimento em conjunto e longo prazo – elementos algumas vezes estranhos à região da América do Sul:

Com frequência desmedida, projetos de Estado são percebidos como projetos de governo e acabam dependendo excessivamente da liderança política que circunstancialmente esteja no poder. As dificuldades econômico-estruturais, os interesses contraditórios, a ausência de uma cultura pró-integração, o viés nacionalista, alguns traços de rivalidades regionais – todos são componentes de um cenário que veio a se tornar pouco propício ao sucesso do empreendimento integracionista. A integração, com efeito, sempre pareceu uma ideia um tanto fora do lugar no contexto sul-americano. (PRAZERES, 2006)

São inúmeras as particularidades dos países que geram históricos empecilhos para a integração. Além disso, não faltaram países alienígenas que quiseram simular um vínculo regional. A Área de Livre Comércio entre as Américas (ALCA) sugerida por Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos, em 1994, não teve mais do que uma década de existência pois a quarta e última Cúpula das Américas ocorreu em 2005. E a Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja sede fica em Washington, fora criado em 1948, período em que a Guerra Fria se instalava e “Na América Latina a chamada bipolaridade serviu para reafirmar a posição dos EUA como força hegemônica no continente” (FICO, 2008). Os planos integracionistas tiveram tantos percalços que dificilmente eram vistas “como instrumento efetivo para a promoção dos interesses dos países da região ou como estratégia adequada para que enfrentassem seus problemas domésticos ” (PRAZERES, 2006).

Por isso, para que ocorra trajetória deste continente rumo a integração regional, os países envolvidos devem estabelecer estratégias de desenvolvimento em conjunto e em longo prazo. “A integração deve ser entendida como desenvolvimento de um país” (SOARES. 2014, p. 8). Esta foi a proposta de Clemente Soares, embaixador do Ministério de Relações Exteriores Diretor do Departamento de América do Sul II, ao se referir a um novo paradigma de integração, formulada pela própria América Latina, em substituição do paradigma do

---

<sup>5</sup> De acordo com Seitenfus e Ventura (2006) “as organizações internacionais são associações voluntárias de Estados, constituídas através de um tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns por intermédio de uma permanente cooperação entre os seus membros” . Sendo assim, os Estados abrem mão de uma parcela de sua autonomia em prol de ideal supranacional.

regionalismo aberto. A integração para o desenvolvimento não daria tanta ênfase a temas exclusivamente comerciais. Mas também outros temas como direitos humanos, meio ambiente, financiamento à longo prazo e infraestrutura. Este último, inclusive, é o pilar que sustentará a viabilidade física do projeto de integração pois se responsabilizará por ligar os países envolvidos.

A construção de rodoviárias, aeroportos, linhas ferroviárias, canais hidroviários, portos, pontes, transmissores de energia e comunicações são indispensáveis para colocar em prática toda a formalização diplomática e viabilizar o potencial econômico da região. Para unificar um plano de ação entre os países da América do Sul seria necessário uma nova configuração institucional que abrigasse um fórum voltada para à infraestrutura.

## **2.2. Do IIRSA à UNASUL: integração física frente à integração política**

“O advento da UNASUL serviu de catalizador para o reenfoque da IIRSA pelos países membros” (MRE, 2014, p. 1)

Tais anseios ganharam contornos num novo projeto de integração: formação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) só encontrou condições favoráveis para se institucionalizar<sup>6</sup> na última década. Para compreender essa convergência da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), é preciso esclarecer o contexto em que ela se criada:

A UNASUL é criada a partir da consciência da limitação dos mecanismos de integração puramente comerciais, e da necessidade de uma integração abrangente de nossas sociedades, que envolva a cooperação política, financeira, produtiva, e em áreas sensíveis, como defesa, segurança, saúde, ciência e tecnologia, dentre outras. (SOARES, 2014, p. 5)

---

<sup>6</sup> “A convite do Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, os Chefes de Estado da Argentina, Fernando De la Rúa; Bolívia, Hugo Bánzer Suárez; Chile, Ricardo Lagos Escobar; Colômbia, Andrés Pastrana Arango; Equador, Gustavo Noboa; Guiana, Bharrat Jagdeo; Paraguai, Luís Angel González Macchi; Peru, Alberto Fujimori Fujimori; Suriname, Runaldo Ronald Venetiaan; Uruguai, Jorge Batlle Ibañez; e Venezuela, Hugo Chávez” (BRASIL, 2000).

No dia 31 de agosto de 2000, em Brasília, os Chefes de Estado presentes na Cúpula Sul-Americana<sup>7</sup> conscientizaram-se sobre os seus gargalos de infraestrutura. A Primeira Reunião de Presidentes Sul-americanos marcou a necessidade de avançar nos entendimentos entre os governos acerca da importância da infraestrutura da região. Num panorama econômico de valorização das commodities, Fernando Henrique Cardoso (FHC) sugeriu uma adoção de política externa comum<sup>8</sup>. Os “Eixos de Integração e Desenvolvimento” (EIDs)<sup>9</sup> podem ser definidos como:

Faixas multinacionais de território nas quais se concentram espaços naturais, assentamentos humanos, zonas produtivas e fluxos comerciais. Os EIDs representam uma referência territorial para o desenvolvimento sustentável da região que facilitará o acesso a zonas de alto potencial produtivo que atualmente se encontram isoladas ou sub-utilizadas devido ao deficiente fornecimento de serviços básicos de transporte, energia ou telecomunicações. (COSIPLAN, 2011. p. 9)

Um dos principais resultados desta reunião foi a criação do fórum chamado de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) cujo o objetivo era “promover à integração e modernização da infraestrutura física sob uma concepção regional do espaço sul-americano” (BRASIL, 2000, p. 2).

Contudo, as trocas de governo dificultaram a implementação do projeto<sup>10</sup>. Fora necessário uma reunião em Cuzco, em 2004, para aprovar a “Agenda de implementação consensual 2005-2010” que priorizava 31 dos 300 projetos idealizados e cobria apenas sete

---

<sup>7</sup> Wildon (1988) compreende que “as Organizações são pessoas internacionais. Certamente não é a mesma coisa dizer que esta é um Estado, pois não é, ou que possui igualmente aos Estados personalidade legal, direitos e deveres internacionais, possuindo capacidade de reivindicar internacionalmente que seus direitos sejam segurados.”. Desta forma, entendem-se como projetos de integração institucionalizados aqueles com personalidade jurídica de direito internacional. São exemplos: MERCOSUL, ALADI e UNASUL.

<sup>8</sup> É interessante ressaltar que as diretrizes da organização de território em eixos nasceu de um documento genuinamente orientado por Eliezer Batista da Silva. Em seu estudo publicado em 1995, “Infraestrutura para o desenvolvimento sustentado na e Integração na América do Sul”, o ex-presidente do Vale do Rio Doce defendeu a integração física por meio da construção e aprimoramento da infraestrutura da região como principal forma de ampliar as vantagens comparativas e a inserir a região de maneira competitiva no mercado mundial. Esta estrutura logística seria organizada por eixos articulados de investimentos em energia, telecomunicações e transportes, reduzindo custos e adicionando valor agregado (SOUZA, 2014).

<sup>9</sup> Na IIRSA foram identificados os seguintes eixos: Eixo do Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru); Eixo Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), Eixo de Capricórnio (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai), Eixo do Escudo Guianês (Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela), Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), Eixo Interoceânico Central (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, e Peru); Eixo Mercosul-Chile (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), Eixo Peru-Brasil-Bolívia (Bolívia, Brasil, Peru).

<sup>10</sup> Houve rumores de que a proposta de FHC estivesse sendo boicotada por governos esquerdistas. De fato, a Venezuela possui baixo grau de adesão à IIRSA haja visto o número de participantes nas reuniões técnicas e o nível de comprometimento dos funcionários venezuelanos enviados aos encontros (SOUZA, 2011).

dos dez eixos criados. Os dois projetos na área de comunicação, um projeto seria na área de energia e 28 projetos seriam na área de transportes teriam um valor estimado de USD 13,6527 bilhões (COSIPLAN, 2011). O “Portfólio de Projetos IIRSA”, também criado na mesma reunião, serviria para reunir o restante dos projetos idealizados. Inicialmente seria composto por 355 projetos com um investimento de USD 37424,80 bilhões. Em 2010, sua última atualização e aumentou para 524 projetos com um investimento de USD 96119,20 bilhões. Vale ressaltar que são projetos definidos durante as reuniões dos Grupos Técnicos Executivos (GTEs) de todos os EIDs.

Desde o seu lançamento, em 2000, o IIRSA previa um mandato de dez anos. Dentro desse período foi formado uma ampla base de conhecimento e que mais tarde se tornaria o foro técnico entre os ministérios competentes da UNASUL. Mas seus debates não conseguiram deixar claro a acerca da responsabilidade do financiamento a longo prazo dos projetos.

Após somente doze cúpulas sul-americanas é que foi assinado, também em Brasília, em 23 de maio de 2008, o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-americanas. Era formalizado então a UNASUL. Seu principal marco foi o viés político, focado na construção de uma identidade sul-americana (NAFALSKY. 2010. p.104). O segundo artigo deste tratado, apresenta o objetivo desta organização internacional:

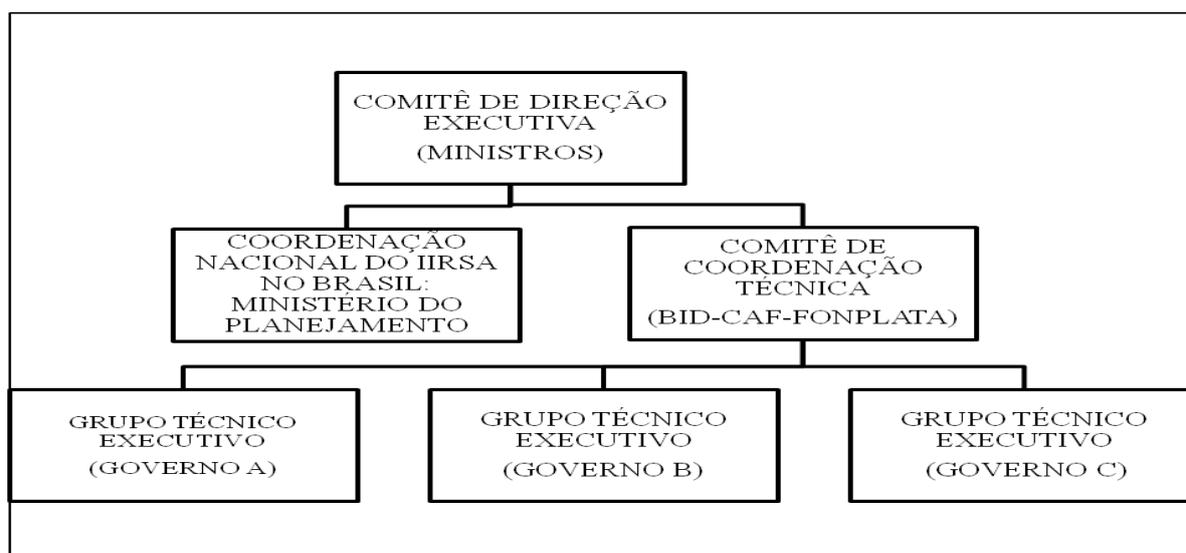
A União de Nações Sul americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzindo as assimetrias no âmbito do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (BRASIL, 2008, p.6)

Para implementar a integração da infraestrutura regional, foi criado em agosto de 2009, em Quito (Equador), durante a 3ª Reunião da UNASUL, no âmbito institucional, o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). Esse objetivo fica claro no terceiro artigo do seu Estatuto, “desenvolver uma infraestrutura para a integração regional, reconhecendo e proporcionando continuidade aos êxitos e progressos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), incorporando-os a seu marco de trabalho” (ESTATUTO, 2009).

A COSIPLAN, assim como o foro técnico IIRSA, também criou dois instrumentos para estruturar seu trabalho nos próximos dez anos: O Plano de Ação Estratégica (PAE) 2012-2022 e a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API). Para cada objetivo específico da COSIPLAN, são estabelecidos um conjunto de ações, o produto esperado, o tempo estimado, os principais instrumentos para a implementação destas ações e monitoramento e avaliação. A PAE 2012-2022 define esses pontos a partir das propostas dos funcionários dos Ministérios das áreas de Infraestrutura e/ou Planejamento, ou seus equivalentes, do Estados Membros da UNASUL. A API serve para articular os principais projetos. A criação da COSIPLAN veio justamente para dar um tratamento a nível político, e não apenas técnico como ocorre no foro IIRSA, relativo a questões de financiamento. Buscando a renovação do apoio aos bancos, a aproximação do COSIPLAN às instancias nacionais (como o BNDES) e regionais (Banco do Sul e o Novo Banco de Desenvolvimento) vem aumentando a perspectiva de financiamento frente à entidades financeiras multilaterais e mercados de capitais internacionais.

Na figura 1 abaixo, é descrito como se organiza o Projeto IIRSA. Ele é composto por uma Comitê de Direção Executiva, representada pelos ministros de cada país. No Brasil o Ministério do Planejamento que é responsável. Abaixo destes ministros, temos o Comitê de Coordenação Técnica, composta pelo bancos que financiam o projeto: BID, CAF e FONPLATA; e abaixo deste mesmo segmento temos os Grupos Técnicos Executivo, onde cada país é representado.

**Figura 1. Organograma técnico do IIRSA**



Fonte: ARAUJO, 2009

A Agenda de Projetos Prioritários (API), que é utilizada pelo IIRSA para organizar os projetos de infraestrutura, possui como missão “promover a conectividade da região a partir da construção e operação eficiente da infraestrutura, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável, preservando o ambiente e o equilíbrio de ecossistemas” (COSIPLAN, 2009).

Esta agenda é composta por 31 projetos estruturados e 88 projetos individuais. Um projeto estruturado é responsável por consolidar as redes de conectividade física com a abrangência regional para potencializar as sinergias existentes e solucionar as deficiências da infraestrutura implantada. São agrupamentos de projetos do Portfólio de Projetos da COSIPLAN. Os projetos individuais são os projetos deste mesmo portfólio.

**Figura 2. Mapa dos 10 Eixos que compõem o IIRSA**



Fonte: ARAUJO, 2009

Vamos apresentar um breve resumo sobre os projetos da API por Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID) para aprofundar a explicação sobre o Mapa.

**Eixo Amazonas:** abrange boa parte da América do Sul, especificamente entre os Oceanos Pacífico e Atlântico, e é permeada pelo Rio Amazonas e seus afluentes. É caracterizada por sua diversidade topográfica (litoral, zona andina, floresta), imensa extensão e baixa densidade populacional. Sua área equivale a mais da metade (50,52%) da área total dos países que integram o EID e apenas 22,23% da soma da população total dos mesmos países. Engloba um investimento de UDS 3,2038 bilhões e impacta o Brasil, a Colômbia, o Equador e o Peru. Tais projetos estruturados envolvem várias hidrovias (Huallaga, Maranhã, Morona, Ucayali e Putumayo) que ligam a bacia do Rio Amazonas com zonas importantes do Peru, Equador e Colômbia, Os projetos individuais envolvem conexões aviárias, portuários e fluviais que podem potencializar quatro corredores bimodais que conectam terminais marítimos no Pacífico com hidrovias alimentadoras da Bacia do Rio Amazonas. A região possui 25 projetos individuais que integram 3 projetos estruturados. Estes são: ‘Eixo Viário Paita’ ou ‘Eixo do Amazonas Ramal Norte’, possui 9 projetos individuais localizados no norte do Peru. O segundo projeto se chama ‘Eixo Viário Callao’ ou ‘Eixo do Amazonas Ramal Centro’ que se encontra no centro do Peru e é composto por 11 projetos individuais. E por último há o ‘Acesso Nororiental ao Rio Amazonas’ que é formado por seis projetos individuais e localizados na região sul do oriente colombiano

**Eixo Andino:** ocupa dois imensos corredores rodoviários norte-sul. Tais corredores longitudinais são intersectados em seus percursos por diversos corredores transversais (rodoviários e fluviais) que ligam aos Eixos do Escudo Guianês, do Amazonas, do Peru-Brasil-Bolívia e do Interoceânico Central. Representa uma área de cerca de 54,41% da área total dos países que integram o EID e sua população representa 82,76% da soma da população total dos mesmos países. Este eixo impacta os países Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Seus objetivos são: melhorar as conexões de Bogotá com o seu principal Porto do Pacífico; completar as rodovias do denominado Corredor de Baixa Altura entre Caracas e Quito; e finalmente melhorar a navegabilidade do Rio Meta e os portos relacionados para abrir novas estradas comerciais entre a região Central da Colômbia e o oriente venezuelano. É composto por 11 projetos individuais 5 projetos estruturados. Segue a descrição dos mesmos: ‘o Corredor Rodoviário Caracas’, que inclui dois projetos individuais na região urbana da Colômbia, Equador e Venezuela; a ‘Interconexão Fronteiriça Colômbia’ que possui 3 projetos individuais localizados na região sul da Colômbia e no norte do Equador; o ‘Sistema de

Conectividade de Passos de Fronteira Colômbia’ que integra 4 projetos individuais na fronteira entre a Colômbia e a Venezuela; o ‘Centro Binacional de Atendimento de Fronteira’ que está localizado no perímetro entre o Peru e a Bolívia e possui apenas um projeto individual; e por último a auto estrada do sol que fica na Rodovia Pan Americana Norte do Peru e também possui apenas um projeto individual.

**Eixo de Capricórnio:** é integrado por 4 regiões do litoral do Atlântico: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, do Brasil, e regiões da Argentina, Paraguai, Bolívia e Chile. Possui uma área de influência de cerca de 20,64% da soma das superfícies totais que fazem parte deste eixo e tem uma população de aproximadamente 19,02% dos mesmos países. Necessita de cerca de USD 1,765 bilhão de investimentos. Tem como objetivo melhorar as pontes de duas conexões entre a Argentina e a Bolívia, a estruturação de um corredor ferroviário Bioceânico de Paranaguá até Antofagasta; aperfeiçoar as conexões Atlântico-Pacífico por Foz do Iguaçu; consolidar o comércio de energia entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai através de duas linhas de transmissão de 500Kv cada. São 5 projetos estruturados e 18 projetos individuais. Os projetos estruturados são: a construção da Ponte Binacional Salvador Mazza que possui apenas um projeto individual e se localiza próximo da ponte ‘Salvador-Mazza-Yacuiba’ que está entre a Argentina e a Bolívia; a ‘Conexão Oeste Argentina’ que possui três projetos individuais e vai desde a província de Jujuy (corredor mineiro) até La Quiaca (divisa com Bolívia); o ‘Corredor Ferroviário Bioceânico Paranaguá’, composto por nove projetos individuais e cobrindo a rede ferroviária da Argentina, Brasil, Chile e Paraguai; a ‘Conexão Viária Foz Ciudad del Este-Asunción-Clorinda’ que possui três projetos individuais e estão localizados entre Asunción e Foz do Iguaçu; a ‘Linha de Transmissão de 500Kv’ e seus dois projetos individuais que ficam no Paraguai.

**Eixo do Escudo Guianês:** envolve a região Oriental da Venezuela, o arco norte do Brasil e a totalidade dos territórios da Guiana e Suriname. Ocupa cerca de 40,80% da soma da área total dos países que integram o EID. Envolve investimentos que chegam a US 1,0308 bilhão. E a população alcançada por este eixo representa 11,19% da soma da população total, sendo uma das mais baixas densidades populacionais do EID. Seus projetos prospectam: melhorar as conexões rodoviárias entre Caracas e Manaus, pavimentar trechos entre a conexão do Brasil e Guiana, melhorar as rodovias de conexão entre a Venezuela, a Guiana e Suriname e, por fim, construir a ponte que une Guiana e Suriname sobre o Rio Corentine. Possui 3 projetos estruturados e 4 projetos individuais. São eles: a ‘Recuperação da Rodovia Caracas-Manaus’, que possui 1 projeto individual e é responsável por unir os estados

brasileiros de Roraima e Amazonas com o mar do Caribe; a ‘Rodovia Boa Vista-Bonfim-Lethem-Georgetown’ que engloba 1 projeto individual e une a cidade de Boa Vista (Brasil) coma capital de Georgetown (Guiana); e por último a ‘Rodovia de Conexão entre Venezuela-Guiana-Suriname’ que é composto por dois projetos individuais que configuravam um corredor rodoviário de integração no eixo litorâneo, da cidade de Guiana, na Venezuela, até Paramaibo, em Suriname.

**Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná:** abrange a maior parte da bacia dos Rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Tiete. Sua área de influência é de 29,57% da soma total dos países e representa 29,41% da soma da população total dos países. Os investimentos giram em torno de USD 1,2308 bilhão. E se caracteriza como um eixo voltado para melhorar a navegabilidade da Bacia do Rio do Prata, ajudando a Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai; completar as conexões ferroviárias entre Paraguai, Uruguai e Argentina e reabilitar duas conexões no Uruguai, que se articulam pela hidrovia. Ao todo são 4 projetos estruturados e 15 projetos individuais: o ‘Melhoramento da navegabilidade dos rios da Bacia do Prata’ constituído por 10 projetos individuais que visam reduções de custo do transporte no transito interno entre as regiões, bem como para os trânsitos extra-regionais; a ‘Interconexão Ferroviária Paraguai-Argentina-Uruguai’ que envolve 3 projetos individuais e que será de alto impacto na integração física entre o Paraguai, a Argentina e o Uruguai; a ‘Recuperação do Ramal Ferroviário Chamberlain-Fray Bentos’ que possui um projeto individual que une Tacuarembó com Fray Bento; a ‘Circunvalação Viária de Nueva Palmira e Sistema de Acessos Terrestres ao Porto’ formado por apenas um projeto individual e está localizada sobre o Rio Uruguai e em frente à desembocadura do Rio Paraná.

**Eixo Interoceânico Central:** ocupa os estados brasileiros do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Sua área de influência equivale a 28,70% da soma da superfície dos 5 países que integram a EID e a população alcançada é de 36,88% da soma total dos mesmos países. O valor de investimentos é de USD 411,7 milhões. Os projetos buscam melhorar as conexões rodoviárias, ferroviárias e aéreas entre Bolívia, Brasil, Paraguai e Peru; tendo a Bolívia como eixo das articulações. São 7 projetos individuais que integram 4 projetos estruturados: o ‘Aeroporto Distribuidor de carga e passageiros para a América do Sul’ possui apenas um projeto individual e por se localizar perto do centro geográfico da América do Sul espera-se que sirva de ponto de interconexão aérea e que se constitua em um aeroporto distribuidor de cargas e passageiros em todo o ‘Eixo Interoceânico Central’; a melhoria da ‘Conectividade viária no Eixo Interoceânico Central’ possui quatro

projetos individuais e visa melhorar a conectividade do Eixo Interoceânico Central que afeta 98% do comércio bilateral entre Brasil e Bolívia; o ‘Basso da Fronteira Infante Rivarola-Cañada-Oruro’ é composto por 1 projeto individual e seu objetivo é desenvolver a infraestrutura e serviços necessários para permitir um trânsito eficiente entre Bolívia e Paraguai; o ‘Corredor Ferroviário Bioceânico Central’ é formado por um projeto individual e articula redes férreas do Porto de Santos (Brasil) até o Porto de Arica (Chile).

**Eixo Mercosul-Chile:** alcança Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Sua área de influência alcança cerca de 25,46% da soma total dos cinco países. E 53,70% da soma total da população dos mesmos países. Os valores de investimentos é de USD 2,218 bilhões. São projetos que atendem ao critério de seleção estabelecidos e estão de acordo com as funções estratégicas dos grupos dos Eixo incluídos na API. Seu objetivo é reativar o transporte fluvial e lacustre nas hidrovias que permeiam o Brasil e o Uruguai; ‘Corredor Ferroviário Montevideu-Cacequi’ corresponde a integração de dois projetos individuais e tem como objetivo interconectar a cidade de Cacequi, no Brasil, com a cidade de Montevideu, no Uruguai; otimização do ‘Sistema do Passo de Fronteira Cristo Redentor’ que também possui apenas um projeto individual e se situa na Cordilheira dos Andes; por últimos há o ‘Tunel Binacional Agua Negra’ que possui apenas um projeto individual que passa por San Juan (Argentina), na IV Região (Chile), Porto Alegre (Brasil) e Coquimbo (Chile). Ao todo são seis projetos estruturados formados por 7 projetos individuais. São eles: ‘Gasoduto do Nordeste Argentino’ que possui apenas 1 projeto individual onde ligara um sistema de transporte de gás que parte da Bolívia e chega a Argentina; a ‘Construção da Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco’ também possui apenas 1 projeto individual e tem como objetivo proteger as reservas ecológicas do litoral atlântico; ao reduzir o trânsito pela rodovia comercial Chuy e seu desvio para a nova ponte internacional; transporte multimodal no sistema Lago Merín e Lagoa dos Patos com apenas um projeto individual.

**Eixo Peru-Brasil-Bolívia:** abrange os Departamentos de Tacna, Moquenga, Areripa, Apurímac, Cusco, Madre de Dios e Puno, do Peru; os departamentos de Pando, Boni e La Paz, da Bolívia; e os estados do Acre e Rondônia, no Brasil. Sua área de abrangência ocupa cerca de 10,52% da soma da área total dos três países que integram o EID. Apenas atinge 4,49% da soma total da população dos mesmos países. Seu único projeto estruturado custará cerca de USD 119 milhões. Ele se chama ‘Conexão Porto Velho-Litoral Peruano’, ele tem apenas um projeto individual e seu objetivo é promover a articulação do litoral e serra sul do Peru com a Amazônia do Brasil.

Sendo assim, a formação IIRSA precede a criação da UNASUL, demonstrando a necessidade de integração física entre os países para que se viabilize a integração política. Este fórum se apresenta como um modelo inovador e que busca edificar uma visão compartilhada de infraestrutura em torno de três pilares: comunicação, transportes e energia. Entretanto, mesmo apoiada por instituições financeiras como o BID, a CAF e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia da Prata, um dos maiores financiadores é o BNDES. Para analisar como uma instituição nacional possui uma participação nos financiamentos internacionais da América do Sul, é preciso compreender algumas transformações nesse banco nacional de desenvolvimento.

### **2.3. BNDES: de instituição nacional à instrumento de política externa**

O BNDES foi o maior financiador do projeto IIRSA durante o Governo Lula. Entretanto, para que sua atuação alcançasse níveis internacionais, além dos discursos presidenciais, foram feitas alterações legais e técnicas. O maior banco de desenvolvimento nacional passou por diversas alterações; e não foi o primeiro banco de desenvolvimento no país.

O Brasil teve várias experiências anteriores nesse segmento. A primeira instituição federal de fomento ao desenvolvimento no Brasil foi o Banco do Brasil, fundado em 1808, cuja ênfase era os financiamentos para o setor agropecuário. Também fora criado a Caixa Econômica Federal, em 1861, voltada para o financiamento habitacional. Algumas regiões do país não se encontravam no principal eixo produtivo do país e por isso, visando diminuir as disparidades econômicas do país, foram criados bancos exclusivos para financiar projetos de desenvolvimento nessas regiões. Seriam criados instituições com atuações mais regionais: o Banco do Nordeste, fundado em 1952, e o Banco da Amazônia, criado em 1966. Além disso também foi criado o único banco interestadual, em 1961, O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul cujo objetivo é repassar os recursos do BNDES para empresas e produtores rurais (ALEM, 1998).

Mas o principal banco de desenvolvimento do Brasil é o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Criado em 1952, e chamado inicialmente de BNDE, nasceu como Autarquia Federal dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica. Entretanto teve sua administração sob o domínio do Ministério do Planejamento e

Coordenação Geral em 1967 e em 1971 foi transformada em uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, mas vinculada ao Ministério de Planejamento. Desde 1999 até hoje, o BNDES está vinculado com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sendo o principal instrumento do Governo Federal na execução de políticas de investimentos ao promover, seja direta ou indiretamente, o financiamento a longo prazo e proporcionando crédito ao sistema financeiro do Brasil junto ao setor privado.

Foi a partir do governo Lula que a política de financiamento do BNDES se voltou especialmente para a internacionalização de empresas brasileiras. Ainda no governo FHC, seu financiamento, nesse setor internacional, era voltado para operações de renda variável, cujo o incentivo ocorria de forma indireta. O BNDES Participações S.A. (BNDESPar) era o responsável por estes aportes de capital nas empresas, sem destinação específica.

É importante ficar claro que o governo Lula desfrutou da estabilidade econômica interna proporcionada pelo governo FHC e também um ambiente externo de alta liquidez que possibilitou uma maior inserção comercial do país. Inclusive, a década de 90 passou por longos períodos de déficits comerciais e baixos níveis de crescimento econômico. As exportações tiveram uma participação declinante no PIB brasileiro, e só apenas em 1998 é que passaram a ter um papel mais favorável na balança comercial. Durante o governo FHC o papel do Estado passava por uma reformulação e o BNDES, símbolo do desenvolvimento nacional, operou como administrador e financiador do processo de privatização das empresas estatais brasileiras (VALDEZ, 2011).

Entretanto, para a criação do Programa de Apoio a Investimento de empresas Brasileiras de Capital Nacional no exterior, o BNDES teve que alterar sua legislação. O Estatuto Social do BNDES foi modificado através do Decreto Nº 4.418, de 11 de outubro de 2002, que autoriza o financiamento de projetos de investimento direto no exterior. Além da mudança de legislativa, foi criada um escritório e uma subsidiária do Banco em Londres<sup>11</sup>. De acordo com Garcia (2012), esse apoio seria fundamental para a estratégia de desenvolvimento do Brasil numa nova ordem mundial. BNDES se tornou um ator relevante

---

<sup>11</sup> “A BNDES Limited é uma empresa de investimento com a finalidade de participação acionária em outras empresas. Ela também tem a função de captar recursos no mercado e nas agências financeiras, podendo, com isso, emprestar às empresas brasileiras diretamente do exterior, sem que esses recursos sejam repatriados ao Brasil. Ademais, a subsidiária serve como observador do mercado global e fornecedor de informações às empresas” (GARCIA, 2012, p. 113)

na política externa brasileira, e a sua condução em torno do financiamento é contextualizada por esta nova função que adquiriu.

No que diz respeito ao financiamento das obras, os principais bancos de fomento seriam o BID, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo de Desenvolvimento para a Bacia do Prata (Fonplata). Contudo o BID se limitou a financiar os estudos e projetos; sendo que inicialmente ele seria responsável pelo maior volume de financiamento e também uma chancela ou selo de qualidade que garantisse maior segurança frente ao crédito internacional. A concessão de crédito brasileira é fundamentada no arcabouço técnico jurídico dos seguintes órgãos: Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), Comitê de Financiamentos e Garantia das Exportações (COFIG), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, por meio do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE). O Brasil já contribuiu com USD 10 bilhões. A maior parte dos financiamentos pode ser atribuída ao BNDES, BB-Proex e CAF. (MRE, 2014, p. 2).

### **CAPITULO III. A EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS E FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA AMÉRICA DO SUL**

O serviço é, em diversos casos, um bem imaterial.

(PMBH, 2015)

#### **3.1. BNDES e PROEX: operações de financiamento no conceito de exportações de serviços**

Como foi descrito no capítulo anterior, a América do Sul possui instituições financeiras regionais e que atuam como promotoras e reprodutoras de uma integração continental. Seu protagonismo vem crescendo, contudo, levando em conta tais instituições, é notável que o volume de financiamento do BNDES supera a maioria delas.

Tais financiamentos podem ser dar na forma direta, ao aumentar a exportação de serviços, ou na forma indireta, ao apoiar subsidiárias no exterior ou ainda financiar a compra de serviços e bens gerados no Brasil. Esse apoio é institucionalizado pelo PROEX sob a égide do conceito de exportações de serviços.

O conceito de exportações de serviços é definido como “produção, venda e entrega de um produto intangível entre produtor e consumidor, pessoa física ou jurídica, residentes ou domiciliados em países distintos” (MDIC, 2015, p. 7). A Organização Mundial do Comércio (OMC) adotou um sentido mais amplo, que se baseia no modo de prestação deste serviço. Ao todo são quatro formas:

Modo 1 – Comércio transfronteiriço: serviço prestado do território de um país ao território de outro país, por residente ou domiciliado no Brasil a residente ou domiciliado no exterior.

Modo 2 – Consumo no Brasil: serviço prestado por residente ou domiciliado no Brasil e consumido no território brasileiro por residente ou domiciliado no exterior.

Modo 3 – Presença comercial no exterior: consiste na prestação de serviço por pessoa jurídica domiciliada no exterior relacionada a uma pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

Modo 4 – Movimento temporário de pessoas físicas: residentes no Brasil deslocam-se por tempo limitado ao exterior com vistas a prestar um serviço a residente ou domiciliado no exterior. (MDIC, 2015, p. 7-10)

Vale ressaltar que esta orientação da OMC já fora aprovada pelas instituições nacionais via Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.

O presente trabalho analisará as exportações de serviços encaixadas nos Modos 3, pois caracteriza a presença de filiais de empresas brasileiras de construção e engenharia que se estabelecem no exterior para executar uma obra, e no Modo 4 que evidencia empreiteiras que possuem sua sede no Brasil mas enviam trabalhadores para o exterior e que mantêm vínculo empregatício enquanto executam a construção de uma obra no exterior.

### **3.2. BNDES-EXIM: instrumento de incentivo à exportação pós-embarque e seus receptores**

A abertura comercial iniciada nos anos 80 permitiu que as empresas brasileiras enxergassem nas exportações um componente estratégico para a diluição de riscos – diversificando mercados – e ganho de competitividade – através de ganhos de escala. Principalmente após a desvalorização cambial de 1999. A partir desse período as exportações brasileiras alcançariam excelentes resultados:

Estimuladas por uma conjuntura internacional extremamente favorável (principalmente a partir de 2002), de acelerado crescimento do comércio internacional, baixa inflação e taxas de juros reais próximas de zero ou negativas nos principais países desenvolvidos, as exportações brasileiras atingiram o patamar de US\$ 198 bilhões em 2008. Comparado com o total exportado em 2002, este número equivale a uma taxa de crescimento real anual de aproximadamente 18,4%. (IPEA, 2010, p. 266)

Seguindo essa linha das empresas brasileiras, a política externa do Brasil também começou a dar maior relevância a balança comercial, que nada mais é do que o resultado das exportações menos as importações de um país. Como foco da política comercial, a promoção de exportações é feita pelos três instrumentos: o Drawback, o PROEX e o EXIM. Foram escolhidos estes três instrumentos por assistirem às linhas cerca de 3.162 empresas em 2007, o que equivale a mais de 15% de todas as empresas que exportaram naquele ano. O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que desenvolve estudos para avaliar políticas de desenvolvimento conduzidas pelo governo federal, divulgou um estudo sobre esses três instrumentos. Para este estudo, foi escolhido a o EXIM por caracterizar uma das operações de desembolso do BNDES.

Acerca do instrumento EXIM do BNDES foram feitas algumas observações. Todas as empresas são clientes potenciais dos instrumentos de promoção de exportação, ou seja, poderia supor-se que as políticas fossem concedidas de forma aleatória. Note que tanto as empresas que já utilizam como as exportadoras independentes têm perfis muito semelhantes. Entretanto, após um exercício econométrico, foi observado que os instrumentos são utilizados principalmente por grandes empresas exportadoras.

Há uma espécie de inércia: as empresas que utilizavam o EXIM já utilizavam outros instrumentos ou viriam a utilizar; e eram essas mesmas empresas que continuavam nos programas. A incidência de novas empresas participando é muito baixa. De acordo com a publicação:

A conclusão mais forte permitida pelo estudo é que existiu, no período analisado (2003-2007), uma forte inércia na dinâmica dos instrumentos. Isto não é necessariamente ruim, afinal demonstra que os mecanismos são muito bem vistos pelas empresas que já os utilizam. Entretanto, a almejada expansão do alcance dos programas, que provavelmente será acompanhada de um crescimento da base exportadora, exige uma ação mais clara por parte do governo. Tal mudança pode incluir uma melhor divulgação das linhas de financiamento, ou ainda um redesenho das políticas, reduzindo ou flexibilizando as exigências para o acesso, e criando novos instrumentos, com maior poder de viabilizar a entrada de firmas no mercado internacional. (IPEA, 2010, p.271)

O EXIM é o instrumento que maior apresenta concentração em um número menor de empresas. Ao passo que seus desembolsos aumentaram 12 bilhões de reais para 14,6 bilhões de reais entre 2003 e 2007, e o número de empresas participantes caiu de 375 para 135 no mesmo período. Ou seja: há um ciclo vicioso onde um pequeno grupo de grandes exportadoras utiliza os benefícios do EXIM por já utilizarem ele antes ou utilizarem outras formas de benefícios. Raramente novos exportadores são incorporados. Esse é um dado interessante para compreender quem são os receptores dos desembolsos para a infraestrutura na América do Sul.

O financiamento brasileiro aos projetos de integração, via PROEX, foram direcionados entre as grandes construtoras brasileiras - como Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e OAS – e empresas fornecedoras de máquinas, equipamentos e materiais de transporte – Embraer, Alstom, Confab, Mercedes Benz do Brasil.

### **3.3. Projetos da API e PAC: comparação entre o governo Lula e o Governo Dilma**

Boa parte dos projetos da API se apresentam através do Programa de Crescimento Acelerado (PAC). Este foi criado em 2007 no governo Lula cujo o ministério executor, o Ministério da Casa Civil, estaria sob o comando da então ministra Dilma Rouseff. O programa tem como principal missão aumentar os investimentos em infraestrutura no país. Como anteriormente dito, o IIRSA possui 500 projetos. Destes, 31 são considerados prioritários. E nove desses projetos tem a participação do Brasil. Já foram concluídos a ponte entre Peru e Brasil, no município de Assis do Brasil, no Acre, e a ponte sobre o Rio Takutu, em Roraima, que liga o Brasil à Guiana.

São sete os eixos que passam pelo território brasileiro. Sendo eles: Eixo do Amazonas; Eixo do Peru-Brasil-Bolívia; Eixo Inter-oceânico Central; Eixo do Escudo Guayanés; Eixo de Capricórnio; Eixo do Mercosul-Chile; Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Faz sentido, o Estado brasileiro incluir em seus projetos nacionais de infra-estrutura tais projetos do IIRSA. Por isso, os “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” que compõem os Planos Plurianuais (PPA) dos governos de 1996-1999; 2000-03; 2004-07; 2008-2011 e 2012-15 seguem a mesma lógica dos EID do IIRSA.

É possível concluir que é de longa data que os projetos de integração física da América Latina vem compondo os planos brasileiros, e vice e versa. O próprio orçamento do PPA cresceu nos últimos anos.

Conforme se observa no Gráfico 1 abaixo, do PPA de 2004-2007 para o PPA de 2008-2011 houve um crescimento de 1.4 trilhões de reais, representando 58% do volume anterior.

Do PPA de 2008-2011 para o PPA de 2012-2015 houve uma redução no crescimento se comparado com o período anterior, mas mesmo assim é representativa com um aumento de 1,5 trilhões de reais, gerando um acréscimo de 38% se comparado com o período anterior.

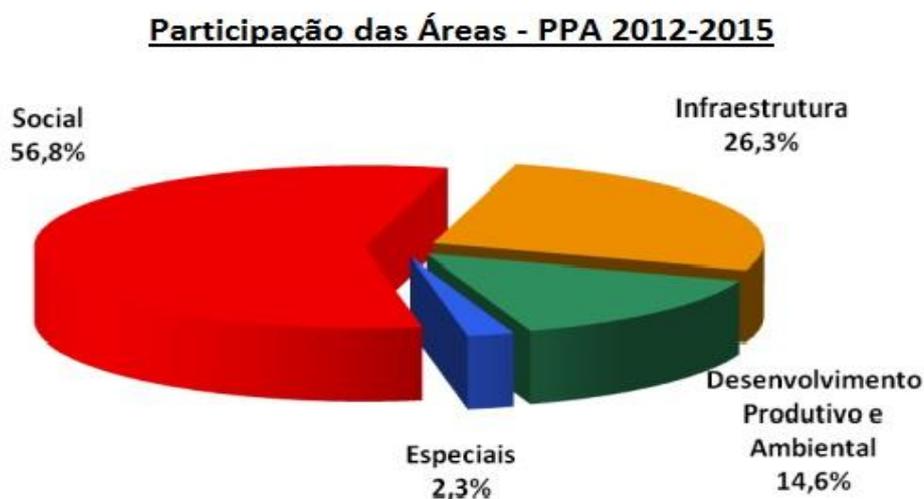
**Gráfico 1. Crescimento do PPA durante o período de 2012 a 2015**



Fonte: ARANTES, 2015

O Gráfico 2 mostra a participação por áreas do PPA do primeiro mandato do governo Dilma. Do total de 5,4 trilhões, são destinados para a Infraestrutura 26,3%, ou seja, 1,2 trilhão de reais. Praticamente um quarto de todo o plano plurianual do período.

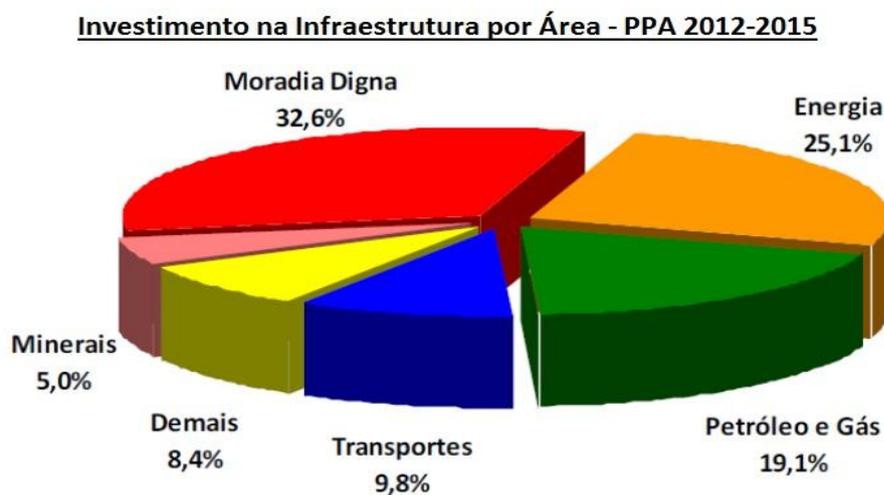
**Gráfico 2. Participação das áreas do PPA entre o período de 2012 a 2015**



Fonte: ARANTES, 2015

No Gráfico 3 está demonstrado as proporções dos investimentos na infraestrutura por área no primeiro governo Dilma e início do segundo mandato.

**Gráfico 3. Investimento na Infraestrutura por áreas do PPA de 2012 a 2015**



Fonte: ARANTES, 2015

Fica claro desta maneira a aproximação entre os planos nacionais e os projetos do IIRSA. O grande apoio oferecido para essa iniciativa é corroborada pelos PPA e PAC. Entretanto essa noção de continuidade entre o governo Lula e o governo Dilma não é notada quando se trata dos desembolsos do BNDES.

### 3.4. Desembolsos do BNDES: governos Lula e Dilma

Desembolso pode ser definido como a liberação de recursos do Sistema BNDES. Este sistema é constituído pelo próprio BNDES e suas subsidiárias integrais, BNDESPAR (BNDES Participações S.A.) e FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial). (BNDES, 2015).

Considerando os desembolsos tanto na modalidade direta<sup>12</sup> ou indireta<sup>13</sup>, no primeiro ano do governo Dilma houve uma queda de R\$ 28,7 bilhões em relação ao ano anterior: em 2010 o valor era de R\$ 168,4 bilhões e em 2011 foram desembolsados apenas R\$ 139,7 bilhões. Mesmo com essa queda inicial, os valores passaram a aumentar a cada ano; apenas em 2013, com o desembolso de R\$ 190,4 bilhões, e 2014, com o desembolso de R\$ 187,8 bilhões, houve uma queda de 1%. O total no período de 2011 a 2014 fica em torno de R\$ 673,90 bilhões. E boa parte dos financiamentos de 2014 foram direcionados para a infraestrutura:

As liberações do ano passado foram lideradas pelo setor de infraestrutura, com R\$ 68,9 bilhões. A alta foi de 11% na comparação anual, e participação do setor sobre o total desembolsado pelo BNDES em 2014 foi de 36,7%. Na infraestrutura, os destaques foram para os segmentos de transporte rodoviário (R\$ 21 bilhões) e energia elétrica (R\$ 19 bilhões).

---

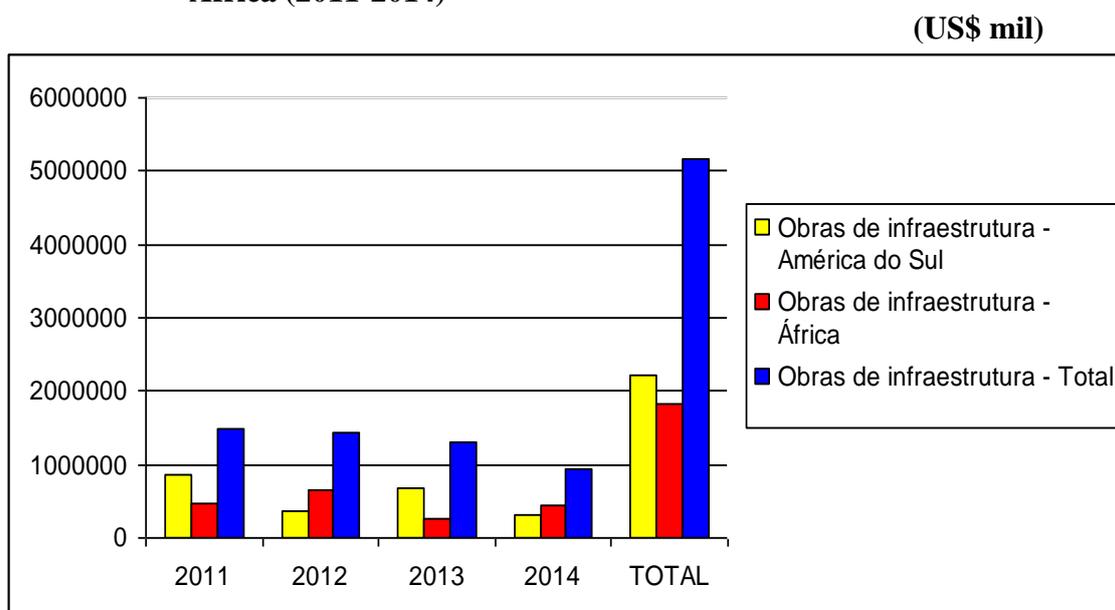
<sup>12</sup> “Operação realizada diretamente com o BNDES ou através de mandatário (necessária a apresentação de Consulta Prévia). Nesse tipo de operação, é necessário apresentar o pedido ao BNDES por meio da Consulta Prévia, documento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do Banco. Os financiamentos diretos a projetos de investimento são realizados através do produto BNDES Finem. Alguns programas de financiamento, que atendem setores específicos da economia ou determinados tipos de investimento, também oferecem apoio direto. Consulte a lista de programas. **Para solicitar apoio direto ao BNDES, é necessário que o financiamento tenha valor superior a R\$ 20 milhões.** Tanto o BNDES Finem quanto os programas permitem, em alguns casos específicos, o apoio direto a financiamentos de valor inferior a esse limite.” (BNDES, 2015)

<sup>13</sup> Como o BNDES não tem agências, atua em parceria com uma rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que seus recursos cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações realizadas por meio dessas instituições são chamadas de indiretas. Nas operações indiretas, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de não pagamento da operação. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também que negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando algumas regras e limites definidos pelo BNDES. Existem duas modalidades de operação indireta. A modalidade automática: operação que não precisa passar por avaliação prévia do BNDES. O pedido é recebido e analisado pela instituição financeira credenciada, que aprova o crédito e, em seguida, solicita ao BNDES a homologação e liberação dos recursos. **Podem ser automáticas as operações de financiamento com valor até R\$ 20 milhões.** E a modalidade não automática: operação indireta em que é necessário apresentar a Consulta Prévia, que será encaminhada ao BNDES pela instituição credenciada, para análise. Neste caso, as operações de financiamento são individualmente avaliadas e aprovadas pelo BNDES. **O valor mínimo para esta forma de apoio é de R\$ 20 milhões.**”(BNDES, 2015)

Em termos relativos, no entanto, o maior crescimento, de 97%, foi para telecomunicações, com liberações de R\$ 5,3 bilhões no ano passado.(...) as consultas do setor de infraestrutura cresceram 25% de um ano para outro, atingindo R\$ 105,5 bilhões em 2014. (BNDES, 2015)

De acordo com o Gráfico 4 é possível notar que entre 2011 e 2014 houve um decréscimo dos desembolsos no total das Obras de Infraestrutura . Curiosamente, nota-se uma relação de contrapeso nas variações entre os investimentos para a América do Sul e a África. Essa relação fica clara ao verificar que os anos de 2011 e 2013 foram os de maiores aportes para a América do Sul, com valores de US\$ 850 milhões e US\$ 674 milhões respectivamente; enquanto os anos de 2012 e 2014 representaram para a África grandes desembolsos de US\$ 648 milhões e US\$ 445 milhões respectivamente.

**Gráfico 4. BNDES: Desembolsos para Obras de Infraestrutura na América do Sul e África (2011-2014)**



Fonte: Elaboração própria

Campielo e Pesavento (2013) analisaram os mesmos dados para o período de 1998 e 2010. Deste estudo, destacaram que entre 1998 e 2002, o valor médio por ano de desembolso para a América do Sul era de US\$ 65 milhões. Apesar da queda brusca no ano de 2006, a partir de 2003 os aportes cresceram vertiginosamente atingindo o valor de US\$ 617 milhões em 2010, praticamente dez vezes maior que a média do período anterior. Foi também no primeiro mandato do presidente Lula que foram inclusos a África e o restante dos países da América Latina como continentes de destino.

**Gráfico 5. BNDES: Desembolsos por destino das exportações financiadas (2011-2014)**  
(US\$ mil)



Fonte: Elaboração própria

Nota-se que o primeiro mandato da presidente Dilma vêm diminuindo os valores de desembolso pra obras de infraestrutura, ora dando ênfase para a África e ora dando ênfase América do Sul; não possui o mesmo crescimento vertiginoso em relação aos dois mandatos do governo Lula, seu antecessor, na verdade apresenta uma pequena queda. Isso implica que há algumas mudanças em relação à estratégia de política externa.

## **CAPITULO IV. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E NOVAS ALTERNATIVAS**

Na teoria, não há diferença entre teoria e prática. Mas na prática, tem.

(Jan L. A. van de Snepscheut)

### **4.1. Mudanças no âmbito dos bancos internacionais de desenvolvimento**

O banco de desenvolvimento mais abrangente em âmbito internacional é o Grupo Banco Mundial (GBM), ele é composto pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), pela Sociedade Financeira Internacional (SFI), pela Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e pelo Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID). Essas cinco instituições, mesmo sendo formalmente independentes, são inteiramente interligadas para cumprir a missão de “reduzir a pobreza e prestar suporte ao desenvolvimento”<sup>14</sup>. Dessa maneira, funciona como fonte de assistência técnica e financeira para países em desenvolvimento.

Conforme explicado por Alvim da Silva para que os países membros tenham seus capitais integralizados no GBM, eles precisam ser membros do Fundo Monetário Internacional (FMI) e conseqüentemente cumprir as metas propostas por tal instituição referentes à redução nos gastos públicos, ao ajuste orçamentário, à eliminação das restrições de cambio entre os países, dentre outros. Além disso, o poder de voto de cada país membro está vinculado às próprias subscrições de capital em dólar e o governo dos EUA é o sócio majoritário da organização por ser detentor do maior poder econômico relativo na instituição (ALVIM DA SILVA, 2007, p. 366). Entretanto, esta agência supranacional de financiamentos que possui presença e impactos globais, não atende a todas as demandas de financiamento a longo prazo de todos os países do globo.

---

<sup>14</sup> Tradução livre. Ver versão original em: <http://www.worldbank.org/en/about/what-we-do>.

Entretanto, mudanças estão ocorrendo no âmbito do sistema financeiro internacional. O embaixador boliviano Sacha Llorenti foi eleito para presidir o Comitê especial que definirá um marco jurídico multilateral que regule os processos de reestruturação da dívida externa soberana. Braceli (2015) é autor do artigo “Bolívia, o Milagre Mundial” em discorre sobre a não obviedade da ONU ao escolher a Bolívia para dirigir o comitê especial que tratará do novo marco jurídico multilateral que regulará os processos de reestruturação da dívida soberana, dentro da instalação de uma nova arquitetura do sistema financeiro mundial, e de fato a Bolívia estará à frente de outros países como Alemanha, EUA, Japão ou China.

E tais mudanças vêm ocorrendo em outras vertentes, inclusive as novas propostas estruturadas recentemente como o Banco do Sul e o Novo Banco de Desenvolvimento. Para compreender estas novas alternativas de bancos de desenvolvimento e vislumbrar a possibilidade de alguns deles substituírem o papel do BNDES como principal financiador do IIRSA, é necessário analisar a condicionalidade política, o contexto histórico em que foram formulados e o seu desenho institucional.

#### **4.2. Uma breve história sobre os bancos de desenvolvimento no mundo e na América do Sul**

A primeira instituição voltada exclusivamente para o desenvolvimento de países foi o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Criado em 1944, através da assinatura do Acordo de Bretton Woods, possuía como objetivo reconstruir os países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial. Tendo sua missão inicial relativamente cumprida até o final da década de 70, reformulou suas diretrizes e voltou-se para prestar auxílios financeiros para países em desenvolvimento visando a redução da pobreza, promoção do crescimento econômico e construção da prosperidade<sup>15</sup> (BIRD, 2015). Futuramente o BIRD junto a uma segunda instituição, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), formaria o Banco Mundial (BM). Entretanto o BIRD foi resultado de um processo mais antigo. No século anterior, durante o processo de industrialização dos países desenvolvidos, mecanismos que promovessem um financiamento a longo prazo fora necessário. Sendo assim,

---

<sup>15</sup> Vale ressaltar que o Brasil foi o maior tomador de empréstimo desta instituição em 2014: cerca de USD 2,019 milhões, frente a países como Índia (USD 1,975 milhões) e China (USD 1,615 milhões).

antes da formalização do BIRD, cada país desenvolveu moldes de Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPD).

Na França foi criado em 1852 o *Credit Mobilier*, formado basicamente por organizações familiares que supriam suas necessidades com capital próprio através de emissão de obrigações, participação direta na gestão e notas promissórias. Bouza (2011) acredita que a partir daí surgiu uma das características dos BPDs: o banco passaria a ser responsável pelo investimento de longo prazo em infraestrutura e incentivo à industrialização. Este acabou sendo um modelo utilizado por outros países, cada qual com a sua peculiaridade.

No caso da Inglaterra, por exemplo, conseguiu se autofinanciar por um bom período devido a acumulação gerada pelo comércio e agricultura. Contudo, com o crescimento acentuado de suas empresas no século XIX, houve a necessidade de mais capital. *Industrial and Commercial Finance Corporation* veio a ser criada apenas em 1945 e funcionava apenas intermediária financeira voltada para pequenas e médias empresas através da negociação de títulos e valores mobiliários.

Na Alemanha, foi criado em 1948 o *Kreditanstalt für Wiederaufbau*, o atual *KfW Bankengruppe*, os bancos estavam atrelados ao setor industrial e participavam de maneira muito mais efetiva nas empresas alemãs: promoviam o financiamento a longo prazo, assumiam os riscos do financiamento, participavam dos lucros das empresas e davam assistência técnica e administrativa às empresas controladas.

A Itália viria a beneficiar-se destes bancos alemães pois os antigos bancos italianos, como o *Istituto Mobiliare Italiano* criado em 1931, estavam mais interessados em investir em habitações urbanas do que na expansão de setores de bens de produção como energia elétrica, química, engenharia, ferro e aço.

Sendo assim, é possível notar que os primeiros BPDs ocorreram na Europa pós Segunda Guerra Mundial e tiveram padrões semelhantes de financiamento: geralmente utilizavam capital próprio que fora acumulado de ciclos econômicos lucrativos. O BIRD formalizaria este processo de financiamento a longo prazo e ampliaria essa alocação de recursos entre os países devastados pela guerra. Na América do Sul, a formação dos primeiros BPDs tiveram motivações diferentes.

Ana Maria Ortiz do setor de instituições do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), acredita que os Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPD) foram associados, por um extenso período, a uma razão de existir apenas teórica. Para Olloqui tal

“desencanto generalizado na prática” teria sido produto de “décadas de gestão inadequada e politização das instituições, o que conduzia a distorções no sistema financeiro, a prejuízos financeiros e, em última instância, a desequilíbrios fiscais” (OLLOQUI et al., 2013, p.5).

Entretanto com o ressurgimento dos BDP como instrumento de política pública, foi possível ver o impacto de suas operações, como ocorreu na crise financeira global de 2008-2009. De fato, as BPD passaram nos últimos 60 anos por três diferentes fases, associadas a teorias de desenvolvimento econômico da sua época.

A partir da década de 1950, havia a concepção de que a intervenção estatal direta em setores econômicos prioritários era fundamental e justificava a criação de bancos que canalizassem o capital necessário para as indústrias. Nesta época foi criada as BPD na Ásia e ALC. O destino dos seus subsídios foram sendo flexibilizados: além de projetos industriais e de infraestrutura, foram adicionados projetos nos setores rurais e de habitação.

É importante notar que é nesse período que se forma a Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras voltadas para o Desenvolvimento (ALIDE). Ela é uma organização internacional que representa os bancos de financiamento latino-americanos e que foi criada em 1968 em Washington. Sua sede atual é em Lima, Peru e sua função é concebida como um espaço para discussão e propostas políticas para soluções concretas sobre o financiamento para o desenvolvimento para a América Latina e Caribe (ALIDE, 2015). Conta com mais de 80 membros ativos e membros associados, entre estes temos Alemanha, Canadá, China, Espanha, Portugal, Suécia e Rússia. Além disso, diversas instituições financeiras brasileiras integram a organização como membros ativos: Caixa Econômica Federal e BNDES (SEBRAE, 2015).

Contudo, a partir de 1980, inicia-se uma segunda fase: os BDP não estavam correspondendo com as perspectivas de desenvolvimento, ou seja, estava recebendo grandes injeções de dinheiro do governo e não estavam gerando resultados. Seguindo a premissa contagiada pelo pensamento neoliberal: a interferência do governo na economia levava a prejuízos financeiros; por isso foram privatizados cerca de 250 BPD na Ásia e ALC entre 1987 e 2003. Até mesmo os membros da ALIDE foram reduzidos de 171 em 1988 para 73 em 2003.

A terceira e atual fase começa com o início do novo milênio. Num contexto de restrição ao crédito, a intervenção pública se mostra benéfica nessas condições, seja facilitando ou complementando o setor privado. Essa fase foi comprovada quando durante a

crise de crédito de 2007-2009, os BPDs aumentaram a sua carteira de crédito em 36% frente aos 10% de aumento das carteiras de crédito dos Bancos Comerciais. (OLLOQUI et al., 2013, p.7)

O BID divulgou um estudo referente a possível mudança de paradigma dos BPD destacando a solidez operacional e financeira destas instituições na região da América Latina e Caribe (ALC). Tal publicação tem como objeto de análise seus instrumentos financeiros e não financeiros, os fatores fundamentais que desencadeiam sua performance e novos desafios especialmente na mitigação climática. Os bancos públicos de desenvolvimento e bancos públicos comerciais do estudo do BID estão separados por país no Anexo II. Foram analisados 54 bancos, da região ALC e que juntos superam a marca de 700 bilhões de dólares ao ano.

Neste mesmo trabalho (OLLOQUI et al., 2013) foi observado que a contribuição destes bancos mantiveram-se constante nos últimos dez anos e a participação média dos empréstimos totais de cada país é cerca de 10%. Além disso, tais instituições conseguiram alcançar em 2010 um rendimento considerável sobre o patrimônio líquido, quando comparado com o déficit de 1% em 2000. Seus ativos, como um todo, equivalem cerca de 25% do PIB da região. Olloqui como especialista em mercados financeiros do BID acredita num novo paradigma para os bancos de desenvolvimento: eles deixaram de ser um peso nas contas fiscais em vários países da região. Se continuarem nessa trajetória de melhoria operacional e financeira e demonstrarem seu impacto para o desenvolvimento, tais instituições de financiamento público alcançarão uma posição invejável para consolidar sua relevância na próxima década (OLLOQUI, 2013).

Sendo assim os BPD da América do Sul possuem opulência financeira e solidez operacional para atuar nos segmentos pouco assistidos da região e, conforme caracterizados pela terceira fase, podem indicar uma mudança de paradigma onde o financiamento à longo prazo pode ser garantido pelos próprios bancos da região. E é nesse atual contexto que surgem novos BPDs na América do Sul.

### 4.3. Sobre o Banco do Sul

Jesús Arnaldo Pérez destaca que o Banco do Sul foi uma proposta de Hugo Chávez apresentada pelo Ministro das Relações Exteriores da Venezuela durante um discurso na Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 2004. Dizia Chávez:

Seguimos convencidos de la necesidad de crear un ‘Banco del Sur’ en donde pudiéramos centralizar nuestras reservas, permitiendo un acceso menos costoso para aquellos países hermanos que las necesitan. Y, sobre todo, para aliviarles del peso de las estrictas políticas de ajuste que nos imponen el Banco Mundial o el Fondo Monetario Internacional a través de sus cláusulas de condicionalidad. De esa forma, podríamos frenar la terrible sangría de nuestros recursos financieros hacia el Norte cuando son tan necesarios aquí, en el Sur (CHÁVEZ, 2004, apud PÉREZ, 2015)

Na verdade, Hugo Chávez já vem desde 1999 sugerindo a criação deste banco, mas apenas para a sua nação, pois havia o colocado como projeto de campanha eleitoral. O então presidente da Venezuela dizia ter se inspirado no relatório da Comissão Sul, que fora criado em 1987 por dirigentes políticos e intelectuais para averiguar e resolver os problemas dos países em desenvolvimento (CARVALHO et al, 2009).

Em 3 de maio de 2005, o Banco do Sul começou a ser desenhado na Declaração de Quito. Foi nessa reunião que esclareceu que a atuação do banco de desenvolvimento seria focado em investimentos em infraestrutura e redução de assimetrias entre os países. Em 8 de outubro de 2007 foi assinada pelos presidente da Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela a Ata Fundacional, ou Declaração de Rio de Janeiro. Esta reunião, em contraposição com a Declaração de Quito, incitou-se que o banco teria um caráter semelhante a “banco de reservas regionais”. Fica nítido que a finalidade do Banco do Sul ainda não é bem clara:

O Banco do Sul teria então um caráter duplo: holding de bancos de desenvolvimento e também banco central regional, depositário das reservas externas dos países e eixo para a construção do sistema monetário comum que conduz a formação da moeda regional (CARVALHO et al, 2009, p. 84).

Inclusive, salienta Gandra que o presidente Lula durante a adesão em maio de 2007 já questionava se o Banco do Sul não teria a mesma finalidade que o BNDES:

É preciso definir, antes de qualquer coisa, o que é esse Banco do Sul: se tem finalidade semelhante à do FMI, do Banco Mundial, do BNDES. Primeiro é preciso definir para quê nós queremos um banco, qual a sua

finalidade, para depois saber se compensa participar ou não (GANDRA, 2015).

Em abril de 2008, a Cúpula Ministerial de Montevideu estipulou USD 20 bilhões de capital autorizado e USD 7 bilhões de capital subscrito. Alguns meses depois, em junho, a Cúpula de Buenos Aires viria a detalhar os valores por país:

O capital inicial seria em USD 10 bilhões; a Argentina, o Brasil e a Venezuela entrariam com USD 2 bilhões cada; Uruguai e Equador USD 400 milhões cada; Paraguai e Bolívia, USD 100 milhões cada. E os restantes USD 3 bilhões ficariam a cargo dos demais membros da UNASUL: Peru, Colômbia, Chile, Suriname e Guiana, sem datas definidas para adesão (CARVALHO et al, 2009, p. 77).

E nessa mesma cúpula foi desenhada a estrutura do banco: Conselho de Ministros, Conselho de Administração, Diretório e seu Comitê Executivo e Conselho de Auditoria. A ratificação do princípio de um país, um voto foi amplamente apoiada pela Venezuela e teve resistências da Argentina e do Brasil, países que teriam maior aporte financeiro na instituição.

Em setembro de 2009, os presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela assinam o Convênio Constitutivo do Banco do Sul. Até 2011, tanto a Venezuela, Equador, Bolívia, Argentina e Uruguai ratificaram o tratado. Era previsto o funcionamento da instituição em meados de 2012. Sua proposta nunca fora a de ser um banco de desenvolvimento, mas como um centralizador de bancos de fomento da América Latina

Carvalho *et al.* (2009) sugerem quatro finalidades para classificar de bancos de desenvolvimento:

- a) banco de desenvolvimento: financiamento de projetos que requerem recursos em volume superior ao disponível para os sócios; requer aporte capital dos sócios mais ricos e captação de recursos nos mercados financeiros internacionais e junto a governos e outras instituições multilaterais; realiza empréstimos de maturação longa e necessita de capital elevado e captar recursos de longo prazo;
- b) banco de desenvolvimento social: financiamento de políticas públicas e projetos para cidadãos e empreendimentos de micro e pequeno porte; não requer capital elevado; necessita de grande número de funcionários, com operações pulverizadas e elevado custo de análise e acompanhamento;
- c) banco de reservas ou prestador de emergência: garantir liquidez aos bancos centrais dos países-membros em situações de crise cambial ou financeira; requer elevado montante de recursos com alta liquidez, para viabilizar ação rápida e impactante em momentos de crise;
- d) banco de compensação de pagamentos regionais: oferecer liquidez para negócios e transações financeiras entre os países sócios; reduzir a dependência de moeda estrangeira ou de moeda dos sócios mais fortes;

requer reservas confiáveis em moedas fortes e liquidez elevada para garantir a confiança em suas operações de apoio às transações cambiais dos países-membros. (CARVALHO *et al*, 2009)

Destas quatro classificações, os autores Carvalho *et al.* (2009) consideram que pelo o desenvolvimento das negociações o banco estaria classificado entre o tipo A e teria também algumas atribuições sociais do tipo B. Contudo, é interessante também adicionar a função do tipo C, pois no caso do Brasil, os bancos públicos federais atuaram de forma anticíclica durante a crise imobiliária dos EUA – que culminou na crise financeira mundial de 2008 a 2009. Eles permitiram que o crédito do país continuasse crescendo, pois enquanto as instituições financeiras privadas reduziram seu ritmo de acordo com a publicação de Araújo *et al.* (2011) no IPEA.<sup>16</sup>

O Banco do Sul se apresenta como um órgão de financiamento autônomo para os países da América do Sul ao aglutinar suas fontes de financiamento e oferecer créditos de longo prazo com menos restrições que o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2011 se tornou uma instituição jurídica internacional e seus trâmites não prometem ser finalizados em breve. Desde julho de 2014 os governos do Equador e da Venezuela pretendem que o Banco do Sul comece a funcionar o mais cedo possível. Entretanto os fundos não possuem nem uma conta em aberto para que sejam depositados os dinheiros dos países (UOL ECONOMIA, 2014).

A sugestão de aliança entre o Banco do Sul e o Novo Banco de Desenvolvimento do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, feita no dia 15 de julho de 2014, não parecer ter cenário propício para acontecer (TADDEO, 2015).

#### **4.4. Sobre o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS**

A sigla BRIC foi apresentada pela primeira vez em 2003, num relatório do banco estadunidense Goldman Sachs escrita por Wilson (2003). Cada letra desta sigla representa os países Brasil, Rússia, Índia e China, respectivamente. A publicação incita que tais países alcançariam até 2050 um potencial econômico maior que os G6 - bloco econômico composto

---

<sup>16</sup> “Com o aprofundamento da crise financeira global no quarto trimestre de 2008, os bancos privados retraíram o crédito, o qual foi sustentado pelos bancos públicos, que atuaram de forma anticíclica para contrarrestar os efeitos recessivos oriundos da retração do crédito privado (interno e externo)”. (ARAÚJO *et al*, 2011)

por EUA, Japão, Reino Unido, Alemanha, França e Itália. Os BRIC seriam “tijolos” da economia mundial e Wilson (2003) sugere que tal complementariedade econômica e protagonismo político geraria uma aliança entre eles. E de fato, essa aliança seria desenvolvida anos mais tarde.

A I Cúpula dos BRIC só veio a acontecer no dia 16 de junho de 2009 em Ecaterimburgo na Rússia. Foi a partir desse primeiro encontro formal que o acrônimo passou a ter um significado que supera a denominação do mercado financeiro, passa a identificar uma entidade política-diplomática. Denominado pelo Itamaraty (2015) de ‘mecanismo inter-regional’, o grupo até então não contava com a África do Sul. Foi apenas no dia 14 de abril de 2011, na reunião da III Cúpula ocorrida em Sanya, na China, que o país representando continente africano configurou a nova sigla: BRICS.

Hoje, esse conjunto de países representa quase metade da população mundial – devido a opulência demográfica da China e da Índia; um quinto da superfície terrestre – haja visto as dimensões da Rússia, China e Brasil; além da presença de economias diversificadas com generosos recursos naturais em termos qualitativos e quantitativos, responsáveis por um potencial agrícola, mineral e energético inegável (DIEESE, 2013).

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), voltado ao financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outros países em desenvolvimento (ITAMARATY, 2015) foi criado durante a VI Reunião de Cúpula dos BRICS, em Fortaleza, no dia 15 de julho de 2014. Sua sede é Xangai, na China, e o seu primeiro escritório será na África do Sul. Esse banco contará com um capital inicial subscrito de UDS 50 bilhões e seu capital autorizado será de USD 100 bilhões. Além disso, foi concluído um fundo com montante inicial de USD 100 bilhões, através do Arranjo Contingente de Reservas, que poderá ser utilizado pelos países em momentos de dificuldade de liquidez, como se fosse uma linha de defesa adicional aos países dos BRICS (DIEESE, 2014)

De acordo com o “Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento” o Banco possuirá um Conselho de Governadores, um Conselho de Diretores, um Presidente e Vice Presidentes. O Presidente do Banco será eleito entre nacionais dos membros fundadores de forma rotativa, na seguinte ordem: Índia, Brasil, Rússia, África do Sul e China; sendo que a permanência no cargo será de cinco anos. Esse rodízio sugere um caráter democrático à gestão do banco. O atual presidente é o economista indiano Kundapur Vaman Kamath e já foi

designado o economista brasileiro Paulo Nogueira Batista Júnior como Vice Presidente, este último terá que se desligar da função de Diretor Executivo do FMI para ocupar o novo cargo.

Um dos seus principais objetivos é financiar projetos de infraestrutura, sem depender das taxas de juros e outras condições impostas pelas grandes potências. O Banco Central do Brasil vêm dificultando a capitalização brasileira para este novo banco, mesmo tendo em conta que a transferência de recursos das reservas não altera aspectos fiscais. Assis (2015) define o banco como uma “primeira fissura na arquitetura internacional erigida pelos anglo-americanos no pós-guerra” e sugere que o objetivo do banco BRICS deve assemelhar-se ao dos bancos de desenvolvimento dos países asiáticos, ou seja, deve servir de um depósito de reservas internacionais para evitar ou derrotar possíveis déficits na conta corrente dos seus países, dessa forma, com um forte acúmulo de reservas, poderão estes países ter uma política cambial e monetária soberanas, como acontece com a China. É considerado o “primeiro legado da presidente Dilma no plano internacional” (ASSIS, 2015), e poderá ser uma ferramenta, junto ao Banco do Sul, para se contrapor ao FMI e Banco Mundial.

## CONCLUSÃO

A integração da América do Sul é um dos princípios da PEB e que vem sendo promovido através dos projetos de infraestrutura da região. Apesar das inúmeras particularidades de cada país, e que muitas vezes geraram empecilhos para um consenso único, a trajetória deste continente rumo à integração ganha contornos cada vez mais auspiciosos.

A criação do fórum IIRSA, idealizado desde o governo FHC, foi resultado da conscientização dos Chefes de Estado acerca dos seus gargalos de infraestrutura. Através da divisão de faixas multinacionais de território foi possível organizar uma Agenda de Implementação destes projetos. O “Portfólio de projetos IIRSA” precedeu a criação UNASUL, uma instituição marcada pelo seu viés político, cujo o foco é a construção de uma identidade sul-americana. É possível dizer que a movimentação deste fórum voltado à integração política propiciou um ambiente favorável para a criação dessa instituição voltada à integração política.

Para financiar tal “integração física” o BNDES apareceu como instrumento de política externa. Para uma instituição nacional chegar a este patamar foram feitas diversas alterações legais e técnicas. E apesar da sua alteração estatutária ter ocorrido no governo FHC, foi no governo Lula que a sua política de financiamento voltou-se especialmente para a internacionalização de empresas.

Sob a égide do conceito de “exportação de serviços”, a política comercial brasileira passou a dar ênfase na promoção de exportações através de instrumentos tipo o Drawback, o PROEX e o EXIM. Acerca deste último, é interessante observar uma inércia acerca das empresas que utilizam tais instrumentos: além das empresas que já participam, continuarem utilizando dos recursos, a incidência de novas empresas mesmo que com um perfil exportador muito parecido é muito baixa.

É considerável o apoio oferecido pelos PPAs e o PAC para os projetos do IIRSA. O orçamento do PPA cresceu nos últimos anos e 26,3% destina-se à infraestrutura. Entretanto, essa relação de continuidade entre o governo Lula e o governo Dilma não é notada quando se trata de desembolsos do BNDES.

Em relação aos desembolsos feitos pelo BNDES, é possível notar que durante o governo Dilma houve um decréscimo em relação à categoria “Obras de infraestrutura” como um todo. Contudo, os valores destinados para a América do Sul não acompanham esse movimento da mesma forma, inclusive há uma relação de contrapeso entre os investimentos destinados para a América do Sul e a África. É possível inferir que há uma mudança na forma em que se está executando um dos princípios de PEB. E é nesse contexto que ocorre a emergência de novos BPDs.

Tendo em vista que a história dos BPDs foi permeada em grande parte por bancos europeus que foram criados num contexto pós Segunda Guerra Mundial e utilizam capital próprio que fora acumulado de ciclos econômicos lucrativos; os BPDs da América do Sul são instituições ainda recentes. Apesar de terem motivações diferentes em sua formação, e uma razão de existir por um longo período apenas teórica, as BPDs da América do Sul vem ressurgindo como um instrumento de política pública desde sua atuação na crise financeira global 2008-2009. E há estudos que comprovam sua solidez financeira e operacional para atuar como financiadores da infraestrutura da região a que pertencem.

Sendo assim, há mudanças ocorrendo no âmbito internacional em termos de financiamento à longo prazo. A nomeação do embaixador boliviano Sacha Llorenti, para presidir o Comitê especial da ONU, define a responsabilidade da América do Sul por redefinir os processos de reestruturação da dívida externa soberana até a criação de novas instituições financeiras não subjugadas ao GBM e ao FMI.

É nesse cenário que aparece o Banco do Sul como proposta venezuelana, mas que nos últimos anos, foi ratificada por diversas vezes através de extensas declarações formais, mas pouco executada. Seu futuro é incerto, pois há empecilhos simples e que demonstram uma falta de amadurecimento e coesão entre os líderes da região. Em contrapartida, o NBD é uma proposta mais recente e já parece mais promissora, tendo em vista a sua evolução em poucos anos e o grande aporte financeiro que já possui.

O Brasil possuirá para os próximos anos um grande desafio caso queira avançar no processo de integração regional: canalizar os financiamentos feitos pelo BNDES para outros bancos, estes que possuem caráter de instituição jurídica internacional e que estejam comprometidos com a estratégia de PEB. Essa mudança de financiamento é vista como positiva, pois é questionável a legitimidade e compromisso com as causas sociais e ambientais pelas quais os planos do governo e o BNDES se aproximam de tais projetos de integração.

A internacionalização das empresas brasileiras e o uso de capital brasileiro e os investimentos no IIRSA não possuem fiscalização clara e acessível de seus resultados. É muito difícil o acesso às informações detalhadas sobre essas operações de crédito. É possível que, sendo os financiamentos feitos por instituições de cunho internacional e com uma gestão democrática, fiquem mais claro para a Sociedade os resultados desses grandes aportes financeiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIDE. **O que é ALIDE**. Disponível em: <<http://www.alide.org.pe/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ALVIM DA SILVA, Valdir. **Assistência financeira do Grupo Banco Mundial ao Brasil: ajustamento do setor financeiro e programas de privatização - o PROES e o caso particular do SFBESC**. 2007. 390 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - PPGSP, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ARANTES, Andre. **UNASUL e Integração Física Sulamericana: prioridades e principais desafios**. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=d1c735dd-d092-4979-aba1-67c62f958f14&groupId=63635](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=d1c735dd-d092-4979-aba1-67c62f958f14&groupId=63635)>. Acesso em: 08 abr. 2015.

ARAÚJO, Victor Leonardo F. C. de et al. **Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal: a atuação dos bancos públicos federais no período 2003-2010**. 105 ed.. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011, 21 p. (Comunicados do IPEA)

ASSIS, J. Carlos de. **Banco Central bloqueia participação do Brasil no Banco dos BRICS**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Banco-Central-bloqueia-participacao-do-Brasil-no-Banco-dos-BRICS/7/33393>>. Acesso em: 07 maio 2015.

BACHELET, Pablo. **Estudo do BID destaca solidez dos bancos públicos da América Latina e seu potencial de financiamento para mudança climática e desenvolvimento produtivo**. 2013. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2013-06-18/bancos-publicos-de-desenvolvimento-na-america-latina,10465.html>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BIRD - **International Bank for Reconstruction and Development**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/what-we-do/brief/ibrd>>. Acesso em: 25 abr. 2015

BNDES. **BNDES Transparente**. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/BNDES\\_Transparente/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/)>. Acesso em: 26 abr. 2015.

BOUZA, C. M. G. **O papel e a atuação dos bancos de desenvolvimento frente a questão do desenvolvimento sustentável: um estudo comparativo entre Brasil e México**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

BRACELI, Rodolfo. **Bolívia, o milagre mundial**. São Paulo: Caros Amigos, v. 218, maio 2015, p. 11. Publicação mensal.

BRAGON, Ranier. **Com apoio do PMDB a nova derrota a Dilma, Câmara abre sigilo do BNDES**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1614621-com-apoio-do-pmdb-a-nova-derrota-a-dilma-camara-abre-sigilo-do-bndes.shtml>>. Acesso em: 29 maio 2015.

BRASIL (1988). **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL (2000). **Comunicado de Brasília**. 2000. Promulgada em de setembro de 2000.

CAMPIELO, Renata de Siqueira; PESAVENTO, Fábio. A política externa brasileira e o Bndes: uma análise da atuação internacional do Bndes durante o governo Lula (2003 – 2010). In: **II Seminário de Iniciação Científica da ESPM 2013**. São Paulo: ESPM, 2013. p. 1-16.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Demandas do Legislativo pela condução da política externa brasileira**: constituição de um novo veto player? Disponível em:

<[http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/38\\_CARDOSO, Evorah - Demandas do Legislativo pela conducao da politica externa brasileira - constituicao de um novo veto player.pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/38_CARDOSO, Evorah - Demandas do Legislativo pela conducao da politica externa brasileira - constituicao de um novo veto player.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2015.

CARVALHO, C. E.; GABRIEL, A. B.; PEDROSO, C.; KOBAYASHI, G. (2009). Banco do Sul: a proposta, o contexto, as interrogações e os desafios. In: **Cadernos do PROLAM/USP**. Ano 8, vol. 2, 2009, pp. 113-135.

CECEÑA, Ana Esther. Os caminhos e os agentes do saqueio da América Latina. In: **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina**: um debate necessário. Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung et al. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009, p. 205-218.

CIA, Elia Elisa Mancini. **O Banco do Sul, seus dilemas e os divergentes projetos de integração regional para a América do Sul**. Campinas: Unicamp, 2012. Dissertação (mestrado) UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas.

COSIPLAN. **Estatuto do Conselho Sul - Americano de Infraestrutura e Planejamento**. BUENOS AIRES, 2009

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Brics, Acordo de Reservas e o Novo Banco de Desenvolvimento**: rumo à institucionalização do bloco. São Paulo: Dieese, 2014. 11 p. (Nota Técnica).

EXAME. **China e Peru fecham grupo para ferrovia Peru-Brasil**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/china-e-peru-fecham-grupo-para-ferrovia-peru-brasil>>. Acesso em: 27 maio 2015

FICO, Carlos. **O Grande irmão**: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ufrj, 2010

GANDRA, Alana. **Banco do Sul é tema de reunião técnica no Rio**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-05-11/banco-do-sul-e-tema-de-reuniao-tecnica-no-rio>>. Acesso em: 07 maio 2015

GARCIA, Ana E. Saggiaro. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula**: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. 2012. 413 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, PUC - Rio, Rio de Janeiro, 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. **Estratégias de desenvolvimento e Integração da América do Sul**: divergência e retrocesso. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/estrategias\\_e\\_integracao\\_sep-versao\\_final\\_28\\_julho\\_2009.pdf](http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/estrategias_e_integracao_sep-versao_final_28_julho_2009.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2014.

IPEA. **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. 300 p.

ITAMARATY (Org.). **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**: O que faz o BRICS?. Disponível em:

<[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR)>. Acesso em: 20 jun. 2015

LISSARDY, Gerardo. **A polêmica ferrovia que a China quer construir na América do Sul**. Disponível em:

<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/05/150518\\_ferrovia\\_transoceanica\\_construcao\\_lgb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/05/150518_ferrovia_transoceanica_construcao_lgb)>. Acesso em: 27 maio 2015.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do rio Grande do Sul, RS, 2007

MDIC – Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (Org.). **Guia básico para exportação de serviços**. Disponível em:

<[http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1404320985.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1404320985.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2015

MRE – Ministério das Relações Exteriores. **Balanco de Governo 2003-2010**. Disponível em: <[https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1\\_Politica\\_Externa.pdf](https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1_Politica_Externa.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2015.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. **Discursos Selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Funag, 2008.

NAFALSKI, Guilherme Pedroso Nascimento. **Unasul: uma perspectiva política de integração sul-americana**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLLOQUI, F.; ORTIZ, A. M. R.; CHRISNEY, M.; MAFFIOLI, A. (Org.). **Bancos públicos de desenvolvimento: em direção a um novo paradigma?** 2 ed.. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2013. (Instituições para o Povo).

PÉREZ, Jesús Arnaldo. **Statement by venezuela**. 2004. Disponível em:

<[http://www.unctadxi.org/sections/u11/docs/GeneralDebate/15ven\\_spa.pdf](http://www.unctadxi.org/sections/u11/docs/GeneralDebate/15ven_spa.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2015.

PMBH - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Não incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a exportação de serviços**. Trabalho publicado pelo órgão, mas sem referência clara do Autor. Disponível em:

[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDgQFjAE&url=http%3A%2F%2Fportalpbh.pbh.gov.br%2Fpbh%2Fecp%2Ffiles.do%3Fevento%3Ddownload%26urlArqPlc%3Dcaracterizacao\\_exportacao.pdf&ei=cn2UVab4N4rg-QGzj7Jg&usq=AFQjCNHfa9V6ojO3XkTbZ3UrHxc1HcBNIQ&sig2=AdW-CGx2mC0G3Yn1yTmeOA&bvm=bv.96952980,d.cWw](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDgQFjAE&url=http%3A%2F%2Fportalpbh.pbh.gov.br%2Fpbh%2Fecp%2Ffiles.do%3Fevento%3Ddownload%26urlArqPlc%3Dcaracterizacao_exportacao.pdf&ei=cn2UVab4N4rg-QGzj7Jg&usq=AFQjCNHfa9V6ojO3XkTbZ3UrHxc1HcBNIQ&sig2=AdW-CGx2mC0G3Yn1yTmeOA&bvm=bv.96952980,d.cWw). Acesso em: 20 jun. 2015

PRAZERES, Tatiana Lacerda. **O Brasil e a América do Sul: desafios no Século XXI**. Brasília: Funag, 2006.

**Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from:

<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000100024&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100024&lng=en&nrm=abn)>. Access on: 20 Nov. 2014.

SEBRAE. **ALIDE – Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/comunidades/alide-associacao-latino-americana-de-instituicoes-financeiras-de-desenvolvimento/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SEITENFUS, Ricardo. VENTURA, Deisy. **Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SOARES, Clemente de Lima Baena. América do Sul: prioridade para a política externa brasileira. In. **Mural Internacional**. Brasília, v. 5, n. 1, p.1-9, jun. 2014.

SOUZA, Angelita Matos. A iniciativa para a integração da infra-estrutura regional da América do Sul (IIRSA).. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, São Paulo.

TADDEO, Luciana. **Maduro irá propor aliança entre Banco do Sul e recém-criado Banco dos Brics**. Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/36049/maduro+ira+propor+alianca+entre+banco+do+sul+e+recem-criado+banco+dos+brics.shtml#>>. Acesso em: 20 jun. 2015

UOL ECONOMIA. **Banco do Sul quer definir direção da entidade em julho**. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2014/05/23/banco-do-sul-quer-definir-direcao-da-entidade-em-julho.htm> . Acesso em: 13 jun. 2015

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **A internacionalização do BNDES no governo Lula**. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VERDUM, Ricardo. **As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira**. 9. ed. Brasília: Inesc, 2012. 29 p. (Observatório de investimentos na Amazônia)

WILDON, Heather A. **International Law and the use of force by national liberation movements**. Oxford Clarendon Press, 1988.

WILSON, Dominic (Ed.). **Dreaming With BRICs: the path to 2050**. New York: Goldman Sachs Global Research Centre, 2003. 24 p.

## ANEXO I

BANCOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO E BANCOS PÚBLICOS COMERCIAIS COM NÍVEL SIGNIFICATIVO DE ATIVIDADES OU PROGRAMAS COM OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE.

BANCO	PAÍS
Banco de Inversión y Comercio Exterior	Argentina
Bahamas Development Bank	Bahamas
Banco de Desarrollo Productivo	Bolivia
Banco do Brasil Banco do Nordeste do Brasil Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Caixa Econômica Federal Banco da Amazônia	Brasil
Banco del Estado Corporación de Fomento de la Producción	Chile
Banco de Desarrollo Empresarial Banco Agrario de Colombia Fondo para el Financiamiento del Sector Agropecuario Financiera del Desarrollo	Colombia
Banco Nacional de Costa Rica Banco Popular y de Desarrollo Comunal Banco de Crédito Agrícola de Cartago Banco Hipotecario de Costa Rica	Costa Rica
Banco de Desarrollo de El Salvador Banco de Fomento Agropecuario Banco Hipotecario de El Salvador	El Salvador
Corporación Financiera Nacional Banco del Estado del Ecuador Banco Nacional de Fomento Banco Ecuatoriano de la Vivienda Corporación Nacional de Finanzas Populares y Solidarias	Ecuador
Crédito Hipotecario Nacional	Guatemala
Banco Hondureño para la Producción y la Vivienda Banco Nacional de Desarrollo Agrícola	Honduras
Development Bank of Jamaica EXIM Bank	Jamaica
Banco Nacional de Comercio Exterior Banco Nacional de Obras y Servicios Públicos Nacional Financiera Fideicomisos Instituidos en Relación con la Agricultura Sociedad Hipotecaria Federal	México

Banco de Ahorro Nacional y de Servicios Financieros Financiera Rural	
Banco Produzcamos	Nicarágua
Banco Nacional de Panamá Banco de Desarrollo Agropecuario Banco Hipotecario Nacional	Panamá
Crédito Agrícola de Habitación Agencia Financiera de Desarrollo	Paraguay
Banco de la Nación Corporación Financiera de Desarrollo Banco Agropecuario	Peru
Banco Agrícola de la República Dominicana Banco Nacional de la Vivienda	República Dominicana
Nationale Ontwikkelingsbank Landbouwbank	Suriname
Agricultural Development Bank	Trinidad e Tobago
Banco de la República Oriental del Uruguay Banco Hipotecario del Uruguay Corporación Nacional para el Desarrollo	Uruguay
Banco de Desarrollo Económico Social	Venezuela

Fonte: (OLLOQUI et al, 2013)